

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 16-09-2010, REFERENTE AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UNIDADE DE FERTILIZANTES NITROGENADOS III - PETROBRÁS NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS - MS.

4 5 6

7

8

9

10

11 12

13

14

15

16 17

18

19

20

21 22

23

2425

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42 43

44

1

2

3

Aos dezesseis dias do mês de setembro de 2010, às dezenove horas, no Centro de Eventos Leiloados – BR 262, km 11, no município de Três Lagoas - MS foi realizada a Audiência Pública referente ao licenciamento ambiental do empreendimento da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III - Petrobrás. Os participantes da Audiência Pública assinaram a Lista de Presença que vai anexa a esta ata. A Audiência teve início com a palavra do Responsável pelo Cerimonial que cumprimentou a todos os presentes e passou algumas orientações sobre a segurança do local e solicitou que todos os presentes desligassem seus celulares, informando também que a referida Audiência Pública está sendo gravada em áudio e vídeo. Em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC e do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul - IMASUL, tinha a honra de receber a todos para a Audiência Pública de apresentação do Estudo de Impacto Ambiental referente ao licenciamento ambiental do empreendimento da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III – UFN III da Empresa Petrobrás, que pretende se instalar em Três Lagoas – MS. Para presidir a Mesa diretora da Audiência Pública convidou o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL, no ato representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC, Senhor Carlos Alberto Negreiros Said Menezes. Para compor a Mesa convidou as seguintes autoridades: A Senhora Márcia Moura, Prefeita Municipal de Três Lagoas; o Senhor Felipe Polli, Gerente de Implantação do Projeto em Três Lagoas; o Senhor Antonio Carlos Garcia de Oliveira, Promotor de Justiça e Meio Ambiente; a Senhora Tatiane Morais, Ecóloga e Coordenadora do Estudo Ambiental elaborado pela HabTec – Engenharia Ambiental; o Senhor Vereador Fernando Milan Amici, Presidente da Câmara Municipal de Três Lagoas; A Senhora Delia Villamayor Javorka, Gerente do Escritório Regional do IMASUL em Três Lagoas; o Senhor Major da PM, Wilson Sérgio Monare, Comandante do Segundo Batalhão de Polícia Militar sediada em Três Lagoas. Informou a todos, que dispõem de outro salão, com porta de acesso ao lado direito do palco, anexo, com cadeiras, som e telão, para acomodação de todos (O recinto encontrava-se lotado, com pessoas em pé). Na sequência foram executados os hinos nacional e estadual e apresentado um filme institucional da Petrobrás. Registrou a presença das seguintes autoridades: Professor Sávio Bernardes, Secretário Municipal de Esportes, Juventude e Lazer: Sr. Cristovam Lages Canela, Secretário Municipal de Meio Ambiente; Sr. Agílio Santos Martins, Presidente do Rotary Club de Três Lagoas; Sr. Ariel Dias Garcia, Presidente do Lions Club de Três Lagoas; Sr. Marcos Garcia, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico; Professor Germano Molinari Filho, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Três Lagoas; Engenheiro Getulio da Costa Dias, Secretário Municipal de Obras; Sr. Ricardo Freitas, Gerente da Usina Termoelétrica Luiz Carlos Prestes de Três Lagoas; Professor Wilson Vendiamindi presente com seus alunos do SENAC; Senhor Domingos Martins de Souza, Presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas; Senhor Idevaldo Claudino Garcia, Vereador de Três Lagoas; Senhor Joaquim Romero, Presidente da Associação Comercial de Três Lagoas; Senhora Márcia Rocha, Gerente Regional do Sebrae de Três Lagoas; Senhora Elenir Neves de Carvalho, Secretária Municipal de



46

47

48 49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60 61

62

63

64

65

66

67

68 69

70

71

72

73 74

75

76

77

78

79

80

81 82

83

84

85

8687

88

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

Saúde; Professora Maria Lúcia Firmino, Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Trabalho de Três Lagoas. Informou a todos que a Audiência Pública tem como objetivo apresentar o Empreendimento a ser implantado e o seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental, expondo os graus de impacto, as medidas compensatórias e mitigadoras dos Programas ambientais, também tendo como finalidade dirimir dúvidas e recolher opiniões, sugestões e críticas dos segmentos da população interessada para implantação do Empreendimento. Passou a palavra para o Senhor Pedro Mendes para iniciar os trabalhos da Mesa da Audiência. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL iniciou cumprimentando a todos, dizendo da satisfação em receber a todos para a realização da referida Audiência para licenciamento ambiental de um grande empreendimento e apresentação do estudo de impacto ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental, cumprindo um primordial papel dentro do campo ambiental, momento em que aproxima ainda mais a Comunidade do processo de licenciamento para efetivar o princípio democrático e a participação da população junto ao licenciamento que é instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente estabelecida pela Lei nº. 6938/1981, e para tal estão ali reunidos. Agradeceu e cumprimentou a Prefeita, Senhora Márcia Moura e demais autoridades presentes e especialmente a Senhora Delia, que chefia o Escritório Regional do IMASUL em Três Lagoas e líder da equipe do IMASUL que analisa os estudos de impacto ambiental referente ao licenciamento que será apresentado. Acima de tudo agradeceu à colaboração da população de Três Lagoas que sempre participa ativamente, toda vez que é convidada para essas ocasiões, destacando o interesse da Comunidade para a questão ambiental. Como já foi dito pelo Cerimonial a Audiência Pública tem um papel essencial regulamentado pela Resolução 004/1989, da qual destacará alguns artigos: "A Resolução nº. 004/1989 disciplina a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras. As atividades ou empreendimentos que no processo de licenciamento estiverem sujeitos à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental poderão ser submetidas à realização de audiências públicas. A Audiência Pública tem como objetivo divulgar informações, recolher opiniões, críticas e sugestões de segmentos da população interessada na implantação de determinados empreendimentos utilizadores de recursos ambientais ou modificadores do meio ambiente, com o fim de subsidiar a decisão quanto ao seu licenciamento. Além do mediador e secretário da mesa comporão a mesa de trabalhos representantes do empreendedor, da equipe multidisciplinar que elaborou o Relatório de Impacto Ambiental e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, podendo ser convidados a integrar a mesa autoridades municipais da área de influência do empreendimento. A função do mediador será exercida pelo Secretário de Estado ou seu representante devidamente designado. Os presentes assinarão livro de presença antes do início da audiência. Iniciada a audiência o mediador exporá as regras segundo as quais esta se processará, passando a palavra ao representante do empreendedor para sucinta apresentação do projeto pelo período de vinte minutos, seguindo-se da apresentação do Relatório de Impacto Ambiental pelo período de trinta minutos. Será distribuído aos presentes folheto explicativo do procedimento da audiência, listando os principais impactos do projeto sob análise e as medidas mitigadores propostas. Será igualmente concedido período de vinte minutos para manifestações do representante de órgão, instituição do poder público ou entidade privada responsável pela convocação da audiência pública. Terminadas as apresentações o mediador anunciará intervalo de quinze minutos possibilitando à mesa acolher as perguntas para



90

91

92 93

94

95

96

97 98

99 100

101

102

103

104 105

106

107

108

109

110

111

112113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125126

127

128129

130131

132

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

participação no debate. Os participantes deverão formular questões à mesa através do preenchimento de formulário próprio com a devida identificação, clareza e objetividade. O tempo destinado aos debates será igual à soma dos tempos do primeiro bloco, podendo ser prorrogado por uma hora ou convocar nova sessão, em nova data, no prazo de uma semana. Encerrada a reunião o secretário providenciará a lavratura da ata que ficará à disposição dos interessados no Departamento de Licenciamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente". Feita a leitura, prosseguiu com algumas observações necessárias, lembrando a todos que ao chegarem no recinto, foram convidados a assinarem uma folha de presença, conforme instruções da Resolução que orienta a referida reunião, também recebendo um folder explicativo sobre a Audiência, informando sobre o Empreendimento e seus principais impactos e respectivas medidas mitigadoras propostas pelo Relatório de Impacto Ambiental. Informou também que a presente reunião está sendo gravada para posterior transcrição para elaboração da ata. Lembrou que ao chegarem ali, encontraram um ambiente acolhedor, limpo, por isso solicitou a todos que, ao longo da reunião, todo lixo que for gerado seja jogado nas devidas lixeiras para devolução das salas como as encontraram. Com relação ao debate, somente serão lidas e respondidas as perguntas, cujos autores estejam presentes no momento oportuno, caso não, a pergunta não será lida, porém será anexada ao processo. As perguntas deverão ser dirigidas ao Empreendedor e/ou Consultor, as quais poderão ser respondidas por qualquer membro de ambas equipes, havendo o prazo de três minutos para efetuar a resposta. Caso a resposta dada não seja satisfatória, o autor poderá se manifestar, no microfone, por um minuto e meio, solicitando complemento. Caso mesmo assim o autor da pergunta não se der por satisfeito, será convidado a formular nova questão que deverá ser encaminhada à Mesa. Feitas essas considerações convidou a Prefeita, Senhora Márcia Moura que dispõe de vinte minutos para se manifestar. Com a palavra a Prefeita Municipal de Três Lagoas, Senhora Márcia Moura, iniciou cumprimentando a todos os presentes, especialmente ao Senhor Pedro do IMASUL, Senhor Felipe Polli, que representa a Petrobrás, ao Promotor de Justica e Meio Ambiente, Dr. Antonio Carlos, ao Senhor Fernando Milan, representando a Câmara Municipal, à Senhora Tatiana, responsável pelos Estudos Ambientais, à Senhora Delia do Escritório Regional do IMASUL em Três Lagoas e ao Major Monare, Comandante da Polícia Militar de Três Lagoas, às demais autoridades presentes e a toda Comunidade. Disse que Três Lagoas está em festa, demonstrando uma vocação para o empreendedorismo, para acolher novas indústrias, de um tempo para cá, sem demérito para outras indústrias ali já instaladas consolidam, no presente, mais um pólo industrial. Os seus distritos industriais são: Vila Piloto, da Mabel, e o mais novo que é o da indústria de fertilizantes da Petrobrás, e abrigam empresas que produzem, geram recursos, empregam mão de obra, nos mais variados setores, da indústria têxtil, ao papel e celulose. São empresários que acreditaram em Três Lagoas, pela logística, pela energia em abundância, pelas estradas que possuem, ligados ao Rio de Janeiro, pela Hidrovia, pela posição geográfica praticamente central no Brasil, por incentivos fiscais do Governo Municipal e Estadual, por diferenças políticas, credibilidade e responsabilidade política, mas muito mais por seu povo, que arregaçou as mangas e buscou se capacitar e aguardam ansiosamente novas capacitações, e aceitou o desafio de ver a matriz econômica, o Município transformado. A realização desse evento que discute a implantação de uma indústria desse porte que empregará mais de cinco mil funcionários, ao longo da construção, que tornará o País auto suficiente em fertilizantes, é crer sim que estão no caminho certo. É acreditar que a política desenvolvida em Três Lagoas tem credibilidade e que não foram em vão



134

135

136137

138 139

140

141142

143144

145

146

147

148149

150

151

152

153

154

155

156157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175176

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

os esforços para preparar a Cidade para receber essas e outras empresas que ali já se instalaram e deve um agradecimento desde o último marco da administração da ex-Prefeita Simone Tebet, que foi, sobremaneira, diferenciada, trazendo crescimento, junto ao Governo do Estado, para Três Lagoas. É acreditar que a política utilizada tem essa credibilidade, e durante esses cinco anos e meio, dessa administração, não fizeram outra coisa a não ser correr atrás do desenvolvimento, preparando o Município para receber essas indústrias, estando dessa forma investindo com escolas, com construções, como já demonstrado. Destacou as novas creches, investindo bastante nesse Setor na última administração e deram continuidade, investindo em novo método de educação as suas crianças, que não está fazendo propaganda simplesmente, mas sim demonstrando como Três Lagoas, está preparada sim, com infraestrutura, não ainda adequada, mas são conscientes de sua responsabilidade, com cada indústria que vem ao encontro do progresso e da vontade de crescer e empreender, na Cidade. No ramo da saúde construíram clínicas especializadas, em todos os setores, tentando dessa forma, facilitar ao povo, a carência da saúde que existia. Têm muito ainda por fazer. Asfaltaram mais de setenta bairros, estando com mais de cento e cinquenta e duas ruas sendo asfaltadas, fecharão até o final do ano, cinquenta por cento, numa Cidade que já tem noventa e cinco anos. Repetiu que muito já fizeram no período referido, mas reconhece que muito têm a fazer. Aceitaram a colaboração, sobremaneira, da Sanesul, em parceria com o Governo do Estado, no saneamento básico, e precisam aumentar e trabalhar ainda mais. Construíram mil casas populares, sabendo da carência, que não fica por menos de cinco mil famílias que carecem de moradia. Tudo isso de maneira sustentável, responsável, obedecendo sempre, ao crescimento sócioambiental. Valorizam a população investindo no social. Citou o Projeto CRASI que é uma entidade que abriga hoje em torno de 2.500 crianças, que depois da escola, recebem educação para sua fase de cidadania. Tiveram investimento em esportes, no lazer, proporcionando melhor qualidade de vida à população. O meio ambiente sempre foi prioridade de sua administração. Construíram um único aterro sanitário do Estado, totalmente licenciado, dentro do que preconiza a legislação ambiental, implantando projetos de sustentabilidade, como o Ecoponto, que recolhe os pneus usados da Cidade, com destinação adequada. Ressaltou a importância de contar com a Petrobrás, e internacionalmente falando, um empreendimento desse porte se instalar em Três Lagoas é um orgulho para eles, lembrando, aliado a outros, não menos importante que esse, destacando o Município, o Estado, provocando diferença no PIB Nacional, Estadual e Municipal. Com a instalação dessa indústria haverá uma diminuição na importação de fertilizantes, trazendo uma economia para todo o setor de agropecuária e consequentemente barateando a alimentação. Enfim trazendo benefícios para os diversos setores. Destacou a importância de terem adquirido a área aonde será instalada a Indústria de Fertilizantes da Petrobrás. Destacou que Três Lagoas encontra-se em vigésimo quinto lugar no ranking nacional de desenvolvimento e qualidade de vida. Finalizou agradecendo.

• Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL fez um agradecimento especial aos alunos do SENAC e SENAI pela presença. Agradeceu ao apoio da equipe de Educação Ambiental do IMASUL pela brilhante mobilização, destacando o trabalho das servidoras, Heloisa, Andréa e Michele (Escritório Regional de Três Lagoas), assim como registrou a presença da Equipe Técnica do IMASUL que analisará o EIA/RIMA do Empreendimento, e informou que a esta Equipe não poderá ser dirigida perguntas, que estão ali para colher as informações adicionais para uma análise criteriosa dos Estudos e respectivo Relatório. Convidou o representante do



178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192 193

194

195

196

197 198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

Empreendimento, Senhor Felipe Polli, da Petrobrás para proceder à apresentação do mesmo. Com a palavra o Senhor Felipe Polli, Gerente de Implantação do Projeto da UFN III da Petrobrás em Três Lagoas iniciou cumprimentando a todos, especialmente as autoridades presentes, agradecendo pela presença e disse que é uma honra ali estar, se apresentou como Engenheiro e Gerente de implantação do referido projeto, destacou que está acompanhado de uma equipe com mais de vinte profissionais que ali estão disponíveis para prestar as informações que se fizerem necessárias, manifestando assim a seriedade e comprometimento com que a Petrobrás conduz os seus empreendimentos, com a máxima transparência. A apresentação será dividida em partes, sendo o Mercado de fertilizantes; os Objetivos; Descrição e Localização; Descrição do processo; o Produto e falará sobre os programas de mão de obra e qualificação. Iniciou dizendo que o Setor de Fertilizantes é fundamental para área agrícola, e como a agricultura é voltada para o suprimento de alimentos e ração animal, além de produzir insumos para biocombustível e indústria têxtil. Exemplificou a importância do Setor agrícola, pela demanda mundial por alimentos, que é crescente. Se perceberem a população mundial projetada de 1990 a 2025 é crescente numa taxa bastante significativa, e junto com esse crescimento esperam a redução da fome, o crescimento da produção de alimentos, e, portanto uma demanda por alimentos que atinge quase quatro bilhões de toneladas em 2025. Junto com a evolução do consumo de alimentos, identificaram a evolução do consumo mundial de fertilizantes onde o Brasil hoje aparece como quarto maior consumidor mundial com aproximadamente seis por cento do consumo. Demonstrou um gráfico com a importação dos nitrogenados aonde posicionaram a produção da UFN III. Informou que a indústria de fertilizantes utiliza basicamente três nutrientes, sendo o nitrogênio, o potássio e o fósforo. A UFN III terá como vocação a produção de uréia que é um fertilizante nitrogenado, demonstrando em gráfico e perceberam que a produção nacional contempla apenas 27% do consumo contra 73% de importação, que é nessa fatia que a Petrobrás pretende colocar sua produção. Demonstrou o detalhe sobre a curva de oferta e demanda por uréia, onde se percebe que a demanda atual é crescente. A produção da UFN III se dará em 2014, conforme cronograma, suprindo boa parte desse produto importado. Identificando as principais culturas consumidoras de uréia, se verifica que a cultura de milho, cana, café e algodão, que representam 80% do consumo de uréia do Brasil, e a maioria desse consumo ocorre na região centro-oeste e entre os Estados de São Paulo e norte do Paraná. Essa contextualização regional é importante para chegarem à explanação e definição da UFN III se localizar em Três Lagoas. Citou os grandes produtores e exportadores mundiais de fertilizantes que são os países do Oriente Médio como Katar e Arábia Saudita, da antiga União Soviética como a Rússia, Ucrânia e crescentemente o norte da África. Essa é a principal origem do fertilizante importado, com grandes investimentos para atendimento da demanda mundial, existindo unidades com grandes escalas de produção, otimização dos custos, viabilização de empreendimentos e um crescente aumento da eficiência energética com a redução de emissões e efluentes, e o melhor aproveitamento da energia disponível. Os objetivos da UFN III, portanto, concluindo o que vieram apresentar são atender a demanda nacional de fertilizantes oferecendo o insumo básico para a cadeia agropecuária onde hoje o Brasil se coloca como um dos principais representantes no cenário mundial, reduzir a dependência externa de fertilizantes, amortizando quaisquer crises internacionais que provoquem carência de fertilizantes inclusive com ganhos permanentes para balança nacional



222223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

brasileira e como interesse estratégico da Petrobrás em se consolidar como supridora de fertilizantes nitrogenados no Brasil. Esses três empreendimentos contemplam as intenções e as melhores prioridades da Petrobrás de trazer esse Empreendimento para Três Lagoas. Sobre a oferta e demanda especificamente da uréia no Brasil, a produção nacional é de aproximadamente um milhão e cem mil toneladas por ano, que é basicamente produzida pela Petrobrás 625 mil toneladas e pela Fosfértil 492 mil toneladas, referência do ano de 2009, e indicam a produção de uréia da UFN III que será da ordem de um milhão e duzentos e dez mil toneladas por ano. Esta Unidade será a maior da América Latina e praticamente dobrará a produção nacional de fertilizantes. A localização dos principais produtores, a Petrobrás tem duas unidades, uma na Bahia e outra Fosfértil no Paraná. Mostrou no mapa a localização da UFN III em Três Lagoas. Por que a escolha de Três Lagoas? Foi feito um longo estudo locacional, identificando vários locais no País, sendo Três Lagoas escolhido entre tantos, ponderando os planos ambientais, técnicos e econômicos. Além disso, o acesso ao gás natural através do Gasoduto Bolívia Brasil fez o diferencial de Três Lagoas, a proximidade dos mercados de Goiás, São Paulo, e Paraná principalmente, tendo a possibilidade de transporte da produção até os mercados pelos modais ferroviário, rodoviário e hidroviário, por isso selecionaram essa localidade. Localizar-se-á nas margens da BR-158, a 40 km de Brasilândia e 25 km de Três Lagoas. Informou que no hall de entrada encontra-se exposta uma maquete do UFN III para que todos possam conhecer o Projeto. Trata-se de um complexo produtor de fertilizantes, e é composto por uma unidade produtora de amônia, uma de uréia, de acabamento do produto, uma unidade de granulação, unidade de tratamento de água, tratamento de esgoto, geração de vapor e energia elétrica, que chamam de Unidade de Utilidades, área de estocagem do produto final, e Área de expedição, além de outras facilidades que permitam a operação do Complexo. Citou alguns números, a captação de água do Aquífero Santo Anastácio. Citou que o ar é de onde extraem o nitrogênio. A água após tratamento e o gás natural passam pelo processo da planta de amônia, para sua produção, praticamente dedicada à produção de uréia. Descreveu o ciclo da produção, com detalhes técnicos, e destino dos efluentes decorrentes da mesma. Informou sobre as tecnologias selecionadas que foram de empresas licenciadoras de uma empresa americana, uma empresa holandesa, ambas líderes mundiais nessa tecnologia. As premissas utilizadas para esse projeto foram a integração energética, com o máximo aproveitamento do gás natural. O tratamento de emissões atmosféricas e de efluentes com atendimento à Legislação Brasileira, a produção de fertilizantes com a qualidade superior exigida pelo mercado, que cada vez mais solicita produto de qualidade. Citou cada produto com seu respectivo número de produção e detalhes das embalagens destes produtos para comercialização. Sobre a geração de empregos, a UFN III começará sua construção em 2011, iniciando a contratação de pessoal, atingindo o pico da obra em 2013, com geração de cinco mil postos de trabalhos diretos na construção. Em 2014 pretende iniciar a operação com 505 postos de trabalho diretos e permanentes. Informou que a Petrobrás como empresa de economia mista estabelecerá concurso público para preenchimento, de aproximadamente, 380 postos de trabalho permanente. Em relação à qualificação da mão de obra a Empresa entende como uma estratégia, para garantia da qualidade da execução das obras e posteriormente na operação da Unidade. Para isso têm planejado captarem recursos do Plano Nacional de Qualificação Profissional para a indústria do petróleo e gás natural não apenas para qualificação de mão de obra, mas também para



266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

qualificação de fornecedores e pequenos negócios na Cidade, sendo uma estratégia também para estabelecerem parcerias com os empresários que sejam supridores da Petrobrás, ofereçam produtos e serviços de qualidade, fornecedores não só da Petrobrás, de todo mercado nacional, quiçá internacional. Para implantação desse Programa dispõem também do Sistema "S" e com a Prefeitura para identificarem as melhores sinergias, para qualificarem até seis mil trabalhadores, para lhes dar apoio, trabalhando junto com eles no esforço de construção do Empreendimento e posteriormente na fase de operação. Qualificando assim não só para o Empreendimento, mas também para o mercado nacional. Apresentou um vídeo institucional, um "tour" virtual da UFN III. Após a apresentação concluiu agradecendo pela presença e atenção de todos. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL agradeceu ao Senhor Luís Felipe e anunciou que passará a palavra para a Senhora Tatiane Morais, representante da HABTEC que fará a apresentação dos Estudos do Relatório de Impacto Ambiental, dispondo de trinta minutos para tal. Com a palavra a Senhora Tatiane Morais, Ecóloga e Coordenadora do Estudo Ambiental elaborado pela HABTEC - Engenharia Ambiental iniciou se apresentando e agradecendo pela presença de todos, e partiu para apresentação demonstrando em slides fotos da localização do Empreendimento. Explicou que o processo de licenciamento é composto do EIA - Estudo de Impacto Ambiental e do RIMA - Relatório de Impacto do Meio Ambiente, resultantes dos estudos feitos para implantação do Empreendimento, que são submetidos ao Órgão licenciador que é o IMASUL, cujos representantes estão presentes na Audiência. O Rima está disponível para conhecimento da Comunidade no referido Órgão. Explicou todas as fases que envolvem o licenciamento, assim como detalhes do processo. Os referidos Estudos foram feitos por uma Equipe Multidisciplinar. Área de Influência Direta (AID). É onde ocorre diretamente a influência do Empreendimento. Analisaram sobre dois aspectos, terrestre e aquático. O terrestre incidiu sobre um raio de cinco quilômetros. No aquático a área de influência é a do Rio Paraná. No meio socioeconômico, no caso desse Empreendimento, definiram que dois Municípios seriam influenciados pela presenca do Empreendedor pelo número da mão de obra que será contemplada, cuja já foi apresentada, sendo a AID composta dos municípios de Três Lagoas e Brasilândia. Discorreu sobre todos os aspectos que foram analisados incluindo análise de riscos, considerando condições de clima. Avaliação de impacto. Foram identificados 22 impactos, sendo sete do meio biótico, com pequena e média importância. Em relação ao restante desses impactos, em relação ao meio antrópico, foram identificados quinze impactos, sendo quatro positivos e onze negativos. Impactos do Meio Físico. Em relação a qualidade do ar como medida de gerenciamento das emissões atmosféricas, embora a modelagem usada indique que todos os gases a serem lançados atendam a Legislação vigente, estando muito abaixo dos níveis máximos permitidos, haverá a necessidade de Programa para controle da poluição, de modo a assegurar que a tecnologia usada contemple o que já está sendo apresentado nos dados das emissões atmosféricas. Outro impacto são os processos erosivos por que a presença de maquinário aumenta o risco de erosão no solo. As medidas propostas para evitar esse assoreamento, recuperação de áreas degradadas, devem retornar ao mais próximo do que era antes, o controle dos processos erosivos e o planejamento dos canteiros de obra é indicada em diferentes momentos, a realização, a escolha das áreas de bota fora e canteiros de obra, devem atender à Legislação vigente. Esses programas são de Recuperação de Áreas Degradadas, de



310311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324325

326

327

328

329330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

Reposição Florestal, que deverá considerar a vegetação nativa existente, o Programa Ambiental de Construção diz respeito a todas as medidas ambientais relacionadas ao período construtivo e o Programa de controle dos processos erosivos, muito subsidiados por aspectos de engenharia, em geologia, ele subsidia medidas de controle dos processos erosivos gerados. Impacto sobre a qualidade das águas do Rio Paraná será da mesma forma usada para emissões atmosféricas. Embora atenda a Legislação há a necessidade de se monitorar para assegurar que esses efluentes sempre serão lançados nessas condições, sendo as medidas propostas o gerenciamento de efluentes líquidos, a identificação e o controle dos processos erosivos e o acompanhamento das alterações limnológicas. Explicou que limnológico refere-se a tudo que trata de água doce. Os controles relacionados são o da poluição para atender essa medida do gerenciamento de efluentes líquidos, o Programa de controle dos processos erosivos, visto que quaisquer alterações na margem do Rio Paraná devem atender ao controle desses processos de modo a não assorear a área a ser alterada, e o Programa de Monitoramento Limnológico que contempla tanto o monitoramento de aspectos físicos e químicos da água do Rio Paraná para assegurar a qualidade, como aspectos bióticos, nesse momento, o Senhor Pedro interrompeu para solicitar silêncio do pessoal que está no fundo do salão para não prejudicar a apresentação da Senhora Tatiane. Retomando, os impactos sobre os aquíferos, como já foi destacada a captação da água utilizada, do mesmo modo foi realizado um estudo extenso, avaliando a viabilidade do uso do Aquífero Santo Anastácio, e está previsto o manejo do uso das águas subterrâneas e através de um programa ambiental específico para esse caso que é o Programa de Monitoramento de Águas Subterrâneas. Meio Biótico. Da mesma maneira, listou os impactos e as medidas mitigadoras. Interferência sobre a Área de Preservação Permanente principalmente em virtude da implantação da faixa que apresenta um pequeno trecho em torno de sete quilômetros, e apresenta em torno de 25% desse valor na área de preservação, com supressão de mata nativa, sendo as medidas propostas a recuperação dessa área, e o planejamento das áreas de empréstimo campeiro para que não sejam realizados nesse local. Os programas são: o Programa de Áreas Degradadas, Programa de Reposição Florestal e o Programa Ambiental de Construção. Outro impacto identificado sobre o meio biótico é a interferência sobre a biota aquática, haja vista que será lançado efluente num curso de água, de relevância como no Rio Paraná, merece o monitoramento, embora a modelagem, os dados do Empreendedor indiquem que serão asseguradas as condições previstas em Lei. Duas medidas estão relacionadas, o gerenciamento de efluentes líquidos e o acompanhamento das possíveis alterações na biota aquática. Essas medidas serão realizadas através do Programa do Controle da Poluição, do Programa de Monitoramento Limnológico e o Programa de Controle de Processos Erosivos a fim de evitar a alteração nas margens. Outro impacto sobre o meio biótico, a interferência sobre a vegetação terrestre; na área do Empreendimento pelo que já foi apresentado, caracteriza-se como uma área alterada pela presença humana por ser um pasto. Mas a área do duto apresenta uma porção de vegetação nativa, apresentando uma fauna rica em diversidade e têm medidas para recuperação dessa vegetação. As medidas relacionadas são: a Recuperação das Áreas Degradadas; o Controle da supressão da vegetação, ou seja, não é prevista a retirada de nenhuma espécie de árvore existente, que não estritamente necessária para implantação do Empreendimento, o planejamento das áreas de empréstimo e bota-fora, identificação dos processos erosivos, os programas relacionados serão: Programa de Área Degradada, Programa de Reposição



354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

Florestal, Programa de Controle de Supressão da Vegetação, que indica todas essas medidas, Programa Ambiental de Construção, e o Programa de controle dos Processos Erosivos. Ainda em relação ao meio biótico pode ocorrer um virtude da supressão como já disse, alterações na fauna terrestre, dessa maneira, já identificada a fauna, de alta relevância, naquele trecho há necessidade de medidas a modo de não alterar essa fauna, principalmente no momento da implantação da fábrica, para isso está previsto uma equipe, através dessa medida de preservação da fauna silvestre, e como todos podem ver, dos programas relacionados, mas principalmente o quarto programa que é o da Conservação da Fauna, em que a idéia é afugentar os animais, encontrá-los, os que vivem entocados e retirá-los das áreas que podem ser suprimidas. Como já apresentou dos 22 impactos, quinze são do meio socioeconômico que são a interferência sobre o cotidiano da população, visto a chegada de no pico das obras, haver cinco mil trabalhadores, e no período de operação em torno de quinhentos trabalhadores, sendo previsto um possível impacto de interferência no cotidiano da população, as medidas a serem tomadas serão o esclarecimento da população, das autoridades da Área de Influência Direta, Desenvolvimento de Ações de Educação Ambiental que estão relacionadas nos Programas de Comunicação Social, que segue o que o órgão Ambiental determina, e a orientação da Petrobras também e está balizado pela transparência e pelo esclarecimento da população da Área de Influência Direta, Programa de Educação Ambiental através de ações de educação ambiental, para a Comunidade e trabalhadores da obra e outras medidas de ordem prática como o umedecimento de terreno e utilização das rodovias em horários alternativos que não coincidam com horários de pico, utilizados na Área de Influência. Outro impacto sobre o meio antrópico é o aumento do afluxo populacional, como já disse, e as medidas relacionadas são o estabelecimento de parcerias para o incremento da infraestrutura, tanto rodoviária, como de serviços essenciais como saúde, o desenvolvimento de ações de educação ambiental, o controle da contratação e mobilização da mão de obra com capacitação profissional. Identificaram, eles e o Empreendedor, que o aumento populacional causará impactos. Para isso desenvolveram um Programa especial, de capacitação e mobilização da mão de obra que orienta todas as medidas desde o momento, de capacitação na chegada dessa mão de obra, como ao término da obra, a desmobilização de como será o destino dessa mão de obra. Ainda sobre os impactos no meio antrópico, a interferência sobre o patrimônio arqueológico e histórico, para o qual existe uma legislação específica, prevendo a possibilidade de serem encontrados, na área, vestígios arqueológicos, não sendo encontrados no primeiro momento, mas uma medida relacionada como podem ver, é a medida de resgate, de identificação, prospecção na área do Empreendimento, por arqueólogos, para identificarem os vestígios arqueológicos. Há um programa respectivo para isso. Outro impacto relacionado é a geração de empregos, é um impacto positivo que deverá ser potencializado, por meio de capacitação profissional, como já foi demonstrado na apresentação do Empreendedor. Os impactos no meio antrópico consistem nas alterações sobre a paisagem que é o impacto sobre o meio físico e biótico que apresenta como medidas a Recuperação de Áreas Degradadas, o Planejamento das áreas que serão alteradas e têm os seus programas relacionados de modo a recompor essa paisagem de acordo com o que for possível fazer. Pressão sobre a infraestrutura rodoviária e de serviços, apresentou uma lista dos aspectos práticos que contemplam o uso em horários alternativos da rodovia como o incremento também de fornecedores locais e estabelecimento de parcerias, e os programas



398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412 413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

relacionados já foram mencionados, e recebendo destaque o de educação ambiental e o de comunicação social. Concluindo os impactos socioeconômicos, destacou a pressão sobre a infraestrutura de deposição final de resíduos, como está previsto para o período de construção e operação a geração de resíduos, também está previsto pelo Programa de Controle da Poluição e o Programa de Educação Ambiental, visto que nesse Programa está o programa para os trabalhadores e finalmente outro impacto sobre o meio socioeconômico é o aumento da receita tributária, o incremento da economia Local, Estadual e Nacional. Esse é um impacto positivo que merece ser potencializado por meio de um programa que merece destaque que é o Programa de Apoio ao Empreendedorismo de modo a priorizar a contratação de mão de obra local e de fornecedores locais. A implementação desses programas será realizada através de um sistema de gestão ambiental, que consiste em organizar a realização desses programas de acordo com o período, que estão separados por três blocos, que antecede à construção de apoio e liberação da faixa de servidão, Programa de Construção e Apoio de Obra e o Programa de Monitoramento dos possíveis impactos que são aqueles que continuam no período de operação. Concluiu dizendo que o Estudo de Impacto Ambiental considera sócio ambientalmente falando que o Empreendimento - Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III – Petrobrás, em Três Lagoas, como viável, condicionada às 26 medidas apresentadas e aos quinze programas propostos. Finalizou agradecendo e parabenizando a todos os presentes. Com a palavra o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL agradeceu a Senhora Tatiane, passou mais algumas instruções para o debate que virá a seguir, logo após o intervalo de quinze minutos. Após o intervalo, com a palavra o Responsável pelo Cerimonial retornando às atividades da Audiência Pública convidou para presidir a Mesa diretora dos debates o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL, assim como as demais autoridades para retomarem seus lugares. Em prosseguimento, passou a palavra ao Sr. Pedro Mendes Neto, Presidente da Mesa diretora dos debates da Audiência Pública para fazer a leitura das regras dos debates. Com a palavra o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL iniciou dizendo que no segundo bloco procederão ao debate com o recebimento das perguntas que os presentes tenham a fazer tanto ao Empreendedor, quanto ao Consultor, líder de equipe multidisciplinar que realizou os estudos ambientais. É praxe que sejam estabelecidas uma rotina de perguntas e respostas que utilizarão da seguinte mecânica: recebida a pergunta, identificarão a presença do seu autor no plenário, como haviam antecipado só serão efetivamente respondidas na Audiência as perguntas cujo autor esteja presente. Havendo uma pergunta cujo autor não se encontra em plenário a pergunta será considerada prejudicada, vai para aos autos, para o processo do licenciamento, será conhecida pela equipe técnica, porém não será respondida na Audiência. Constatada a presença do autor no plenário passarão à leitura da pergunta e indicação a quem ela é dirigida, se aos representantes do Empreendimento ou ao líder da Equipe multidisciplinar que elaborou os Estudos, passando para a resposta pelo período de 3 minutos, findos os quais questionarão ao autor da pergunta se a resposta lhe foi satisfatória. Havendo a necessidade de complementação ou clarear algum aspecto da resposta o autor da pergunta terá o prazo de 1,5 minutos para se manifestar no microfone postado ali à frente para sua réplica, retornando para quem deu a resposta para complementar. Se ainda assim o autor da pergunta não ficar satisfeito, lhe será orientado fazer novo questionamento, trazendo essa questão com



442443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

um novo enfoque o que permite que todas as perguntas que venham à Mesa sejam efetivamente discutidas e eventualmente que o mesmo assunto seja tratado por outra pessoa de uma forma mais clara e que estabeleça uma relação mais produtiva durante o debate. Feitas essas considerações informou fornecendo a hora (21h15min), que dispõem de 50 minutos para o debate, podendo ser prorrogado por mais 1 hora. Em seguida leu a 1^a. Questão de Mayza Carla da Silva, que fez mais duas perguntas correlatas, que estava presente e perguntou ao Consultor: Existirá alguma sistemática para monitoramento de vazamento no duto de efluente? Caso ocorra algum, foi considerado no Estudo algum plano de contingência? Com a palavra a Senhora Tatiane Morais, Ecóloga e Coordenadora do Estudo Ambiental elaborado pela HABTEC - Engenharia Ambiental respondeu que os efluentes, conforme foi destacado, está previsto o monitoramento limnológico, do comportamento biótico, químico e físico da água em relação. Não estão previstos vazamentos durante o período de operação. Em relação a possíveis acidentes, não só em relação aos efluentes, mas a qualquer aspecto da operação, existem planos de gerenciamento, procedimentos a serem adotados, que seguem a Legislação vigente, assim como as normas da própria Petrobrás que possui várias normas, que preconizam e indicam todos os procedimentos necessários para contingência de um possível acidente, embora não esteja previsto de acordo com as características dos efluentes, do duto de descarte e da estação de tratamento, finalizou. Com a palavra o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL propôs à Senhora Mayza Carla da Silva ler as duas próximas questões também, de sua autoria e após as respostas, concederá à mesma fazer uma réplica. A Sra. Mayza aceitou. O Sr. Pedro leu então a 2ª. Ouestão: Considerando a explanação do estudo realizado no Aqüífero Santo Anastácio, quais parâmetros foram analisados? Foram perfurados poços para avaliação do volume presente e afetado? Com a palavra o Senhor Felipe Polli, Gerente de Implantação da Petrobrás do Projeto em Três Lagoas primeiro agradeceu pela pergunta que é uma oportunidade de esclarecer a questão e respondeu que a Petrobrás para definir a captação de água, reuniu um grupo de seus técnicos e contratou uma empresa especializada nessa questão que opera no Brasil inteiro e mais especificamente profissionais renomados que conhecem a fundo a questão de captação dos aqüíferos de Três Lagoas. O referido Estudo conduziu, a partir das alternativas disponíveis que era a captação de água do rio ou subterrânea, avaliaram três fatores com igual ponderação, fatores ambientais, técnicos e econômicos. Do ponto de vista ambiental, perceberam uma leve vantagem ao captarem a água subterrânea, por evitarem o desmatamento, supressão vegetal, de uma faixa para captação de água, e por evitar um problema operacional que é a incrustação do mexilhão dourado, que tiveram a experiência recente na Usina Térmica da Petrobrás, quando ao retirar equipamentos submersos, perceberam a incrustação do mexilhão, o que traz problema operacional e ambiental. Em relação à parte técnica a qualidade da água, em ambos os casos, é muito boa, porém a água do Aqüífero, para esse processo, se mostrou mais adequada, para instalação da Unidade Industrial e do ponto de vista econômico, de forma objetiva, o estudo calculou o investimento necessário, tanto na instalação dos equipamentos para tratamento de água e de efluentes e concluiu que a captação do Aqüífero era mais favorável ao Empreendimento. Lembrou que a questão sustentabilidade da água foi analisada a fundo por que para a Petrobrás é estratégico que esse suprimento seja permanente, não só para Unidade da Petrobrás, mas também para os



486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505 506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

empreendimentos vizinhos e para a Comunidade de Três Lagoas, finalizou. Com a palavra o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL leu a 3ª. Questão também da Sra. Mayza Carla da Silva que perguntou ao Empreendedor: Considerando o Estudo de Análise de Riscos apresentado, foram contempladas medidas preventivas e atendimento a emergência aos funcionários da Empresa vizinha? Com a palavra o Senhor Felipe Polli, Gerente de Implantação da Petrobrás do Projeto em Três Lagoas solicitou a um membro de sua Equipe, Sr. Peter que é Engenheiro de Segurança, responsável pela área por achar que ele poderá fornecer mais detalhes sobre a questão de equipes para tratamento de emergências. Com a palavra o Senhor Peter Alves Montandon, Engenheiro de Segurança da Petrobrás respondeu que o Estudo de Análise de Risco, no pior cenário que seria o rompimento da esfera, ela fica restrita a um raio de dois quilômetros, ou seja, estaria longe de qualquer comunidade, centro urbano ou outra empresa próxima., considerando que a empresa vizinha encontra-se a uma distância maior. Ainda assim existem diversas medidas preventivas para evitar a ocorrência de um acidente dessa magnitude, que a Empresa está preparada com brigadas de incêndio, sistemas de combate a vazamentos de amônia, então não teria impacto nenhum nas empresas vizinhas e o Plano de Atendimento a Emergência, isso já está previsto, é um sistema utilizado pela Petrobrás, estando preparados no caso da ocorrência de um evento dessa magnitude, finalizou. Com a palavra o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL perguntou a autora da pergunta se estava satisfeita e ela solicitou se manifestar. Com a palavra a Senhora Mayza Carla da Silva disse estar satisfeita quanto à questão de Análise de Risco, quanto à segunda questão entendeu a diferenciação da captação da água subterrânea e água superficial foi bem explanada, mas sua dúvida é quanto a sustentabilidade de água que eles chegaram a conclusão, não pela captação mas pela disponibilidade hídrica do Aquifero, quais os parâmetros que foram adotados, foi medição de vazão? Como a Empresa ficará sabendo se houver um vazamento num duto enterrado? Com a palavra o Senhor Felipe Polli, Gerente de Implantação da Petrobrás do Projeto em Três Lagoas respondeu primeiro sobre a captação de água, solicitando ao seu especialista em captação para responder, por ter foco na recarga do Aqüífero. Com a palavra o Geólogo Ivanir Borella respondeu que a avaliação hidrogeológica realizada partiu de vários segmentos, primeiro o cadastramento de poços obtendo as informações de níveis e vazões, considerando alguns parâmetros, outro fator foi a análises dos testes de bombeamento, que através dos métodos de rebaixamento e recuperação, calcula o que chamam de transmissividade que corresponde aproximadamente à permeabilidade versus espessura da camada e ainda assim realizaram um teste de bombeamento por interferência onde se calcula o outro parâmetro que é o coeficiente de armazenamento através da transmissividade, explicou mais alguns detalhes técnicos desse cálculo e finalizou. Com a palavra o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL agradeceu à Senhora Mayza, nesse momento a Sra. Tatiane Morais da HABTEC lembrou que uma questão da Senhora Mayza não foi respondida, sobre a tecnologia de detecção de vazamento. Com a palavra o Senhor Peter Alves Montandon, Engenheiro de Segurança da Petrobrás respondeu que hoje estão numa fase num duto de efluentes e têm um projeto conceitual que estabelece um traçado e alguns parâmetros básicos, de como esse duto deverá ser construído, ao longo do desenvolvimento do empreendimento ainda antes da Licença de Instalação, devem fazer um projeto básico, depois de um projeto detalhado, que é



530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544545

546

547

548

549550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

o projeto construtivo. Hoje ainda não têm a definição de qual equipamento será utilizado para detecção de vazamento, qual a tecnologia utilizarão. Isso será detalhado nas próximas fases. Mas como trabalham muito com duto, em geral o duto tem uma particularidade de diferenciação de pressões que geralmente indica para central de operação aonde existe algum vazamento, quando esse é crítico, além disso, em geral têm uma medição de espessura da parede que indica pequenos vazamentos, aonde há menos espessura indicando, por um ensaio, que poderá ser externo ao duto, por um equipamento de nome pig, que praticamente é como se fosse uma cápsula, com detectores magnéticos, que pela diferença da corrente elétrica que vai e volta identifica a espessura, em geral são essas as tecnologias usadas em dutos de produtos até mais complexos, o monitoramento e manutenção são constantes, pois se houver vazamentos o prejuízo será grande. Com a palavra o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do IMASUL informou que têm inúmeras questões sobre a água, por isso associará as perguntas, para não se tornar repetitivo, lerá as próximas quatro relacionadas. Seguindo a ordem numérica leu a 4ª. Questão de Rômulo Wendel, da AEMS, que estava presente e perguntou ao Consultor: Gostaria de saber, o porquê de não se utilizar a água do rio e sim utilizar água do aqüífero. E quanto a Empresa vai pagar por essa água? A 5^a. Questão de Jose Antonio Caveanha, da Caveanha Engenharia e Consultoria, que estava presente e perguntou ao Empreendedor: Por que o uso de águas subterrâneas tendo um rio como o Paraná há poucos quilômetros da Unidade? A 6ª. Questão de Norton Pereira de Macedo, da Secretaria de Assistência Social, que estava presente e perguntou ao Consultor: O impacto irá atingir o Aqüífero Guarani, suas águas serão monitoradas, caso haver contaminação terá tratamento? A 7ª. Ouestão de Sávia de Freitas, do SENAC, que estava presente e perguntou ao Empreendedor: Por que a água captada virá do Aqüífero Santo Anastácio e não do Rio Paraná? Obrigada. O Sr. Pedro solicitou que as respostas sejam mais objetivas. Com a palavra o Senhor Felipe Polli, Gerente de Implantação da Petrobrás do Projeto em Três Lagoas, explicou que estão captando água do aquifero e não do rio Paraná, devido a um estudo feito ao longo de 06 meses e pelos aspectos técnico, ambiental e econômico mostrando a melhor alternativa e mantendo a sustentabilidade da captação da água, não só para futuros empreendimentos mas para a comunidade de Três Lagoas. Em relação à questão do pagamento pela água, continuou, a Petrobrás cumpre todas as determinações legais em relação às suas permissões, licenças e taxações. Hoje, não existe um manejo, controle ou determinação de cobrança dessa água. Explicou que não há nenhum risco de contaminação da água do aqüífero, principalmente devido a sua profundidade. A seguir, o mediador Pedro Mendes, fez outro bloco de perguntas: 8ª, de Estela Eiko Miyaji, Acadêmica da UFMS, direcionada ao consultor: Porque foi adotado a captação de água subterrânea? Foi realizado estudo para viabilidade de captação superficial? Porque não consta no RIMA essa possibilidade? Qual o raio máximo de rebaixamento e profundidade do rebaixamento? A acadêmica ficou satisfeita com a resposta anterior. 9ª questão, de Edmilson Carlos Romanini Filho: Por que a utilização de águas provenientes do aqüífero se um rio grandioso como o Paraná se encontra tão próximo? O Senhor Edmilson também ficou satisfeito com a resposta anterior. 10^a questão, d e Paul Colas Rosas, Casa da Floresta Ass. Ambiental, direcionada ao empreendedor: Porque utilizar água mineral do aqüífero subterrâneo e não tratar e usar água superficial? 11ª questão, de Arthur Silva de Almeida, INOVART Ambienta, direcionada ao empreendedor: Sabemos que as reservas subterrâneas são extremamente importantes. Quais



574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

métodos de monitoramento a UFN III irá utilizar para garantir a preservação do aqüífero? Senhor Felipe Polli explicou que a utilização da água subterrânea do aqüífero e não tratar a água superficial, há necessidade de tratamento das duas fontes de água, sendo apenas tratamentos diferenciados e a água do aquifero possui componentes menos nocivos ao processo químico utilizado na Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III e, por isso, existe uma vantagem econômica na sua utilização.Em relação aos métodos de monitoramento para garantir a preservação do aquífero, o primeiro é a vazão dos poços. Além disso, continuou, tendo um poço perfurado, há possibilidade de utilizar métodos de avaliação de nível e de avaliação subtrerrânea da formações, explicando todo o processo. A seguir, passou a palavra ao Geólogo Ivanir Borella que explicou que, quanto ao monitoramento está previsto em cada poço a instalação de um pressustato que emite a profundidade do nível dágua, exemplificando o processo. Em relação à captação de água subterrânea, o Geólogo explicou as porcentagens que os levantamentos mostram em relação à toda água doce existente e que, portanto, existe mais água subterrânea do que superficial. A seguir, foi lido mais um bloco de perguntas ainda em relação à água. 12ª questão, de José Luiz Lorens Silva, UFMS, direcionada ao consultor: Sem ter realizado qualquer coleta e análise de água subterrânea do local da UFN III, quais critérios que embasarem a opção de abastecimento hídrico via 12 poços? 13ª questão, de Ana Maria Barbosa, Jornal Correio do Estado, direcionada ao empreendedor: O empreendedor analisou a viabilidade ambiental de captação de água do aquífero. O empreendimento se viabiliza economicamente se a captação ocorrer no rio Paraná onde também há viabilidade ambiental? 14ª questão, de Maria José Vilela, UFMS, ao consultor: A água usada na planta servirá também para refrigeração. Qual a medida para evitar o lançamento de água aquecida no rio Paraná, com os conseqüentes impactos sobre a biota? Quasl o grau de aquecimento previsto? 15ª questão, de José Luiz Lorens Silva, UFMS: Sendo grande parte da água usada para refrigeração, o que impede o reuso da mesma após resfriada? O empreendedor começou respondendo do início para o final da perguntas: Em relação à refrigeração, se capta 900 m3/h e devolve 300 m3/h, portanto há um reaproveitamento e um reuso permanente e só é descartada a parcela em que se precisa de mais energia para reciclar a água do que para captar e descartar novamente, o que significa que há uma degradação energética superior se reciclar a água e, por isso se descarta uma parte e se aproveita a grande maioria. A questão da viabilidade econômica explicou que está sendo desenvolvido o projeto básico econômico da Unidade e ainda não existe um valor detalhado sobre a viabilidade econômica. A viabilidade, como foi estuda hoje, continuou, em nível de projeto conceitual, apresenta viabilidade econômica nas duas alternativas. Todavia a viabilidade econômica do empreendimento é muito afetada, ou pelo preço do gás natural ou pelo preço dos fertilizantes no mercado internacional, os quais vêm sofrendo variações que estão prejudicando a viabilidade econômica. Explicando o porquê dessa afirmação e que, no momento, não há inviabilidade, porém, no momento em que o projeto passar pela aprovação ou não, a mudança de captação do aquífero para o rio poderá representar inviabilidade do empreendimento. Em relação à questão da água aquecida no rio Paraná, solicitou a Sra. Tatiana para responder. Ela explicou que não está previsto lançamento de água aquecida no rio Paraná, enfatizando que o uso da água no sistema apresentado pelo empreendedor, contempla um ciclo fechado, não havendo esse descarte. O Geólogo Ivanir Borella respondeu a questão em relação a opção de abastecimento hídrico via 12 poços. Anteriormente, já havia explicado que o primeiro passo



618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632 633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

foi calcular a transmissividade e o armazenamento, através dos quais se pode-se calcular a vazão que o aquifero pode produzir, que é diferente do que o poço pode produzir porque o poço é uma estrutura física que se perfura para obter a vazão do aqüífero; quando o poço tem a eficiência de 100% a vazão do poço é igual a do aqüífero e, quando é menor, é porque se introduz pesos e cargas. O Geólogo explicou que os primeiros trabalhos realizados em Três Lagoas foi em 1978, explicando o que havia sido feito na época. Informou que, antes da implantação da fábrica serão perfurados dois poços pára o abastecimento do canteiro de obras e que servirão de parâmetros para aferir o que foi estabelecido. Neste momento, em virtude de compromissos de agenda a Prefeita de Três Lagoas se retirou do plenário. A seguir, Dr. Pedro Mendes iniciou outro bloco de perguntas: 16^a, de Fabrício Garcia do Nascimento, Fíbria/MS: Como será a passagem dos dutos de efluentes até o rio Paraná? Tem anuência dos proprietários? 17ª questão, de Fabrício Garcia do Nascimento, Fíbria/MS: Por qual área será passado o duto de efluentes? 18ª questão, de Ledir Garcia de Souza, do Rotary Clube de Três Lagoas, Cidade das Águas: O impacto industrial das Unidade em questão, no que diz respeito à parte hídrica, será nulo, de tal forma que haverá um aquário alimentado com as águas tratadas que forem usadas durante o processo industrial? (Antes de serem devolvidas ao rio). Todas as perguntas foram direcionadas ao empreendedor. Ele explicou que, em relação ao traçado dos efluentes, atualmente, existe um traçado conceitual, estabelecido por diversos critérios, basicamente, topografia, geologia e a propriedade das áreas, mas o projeto conceitual definiu um traçado que deve ser melhor estudado. Está sendo previsto para os próximos 30 dias, sendo um pedido do IMASUL, detalhar melhor o traçado dos efluentes e buscar melhor as anuências necessárias para essa passagem. Explicou que o traçado apresentado no EIA RIMA, havia sido conversado, mas ainda sem anuência necessária para a instalação. Com certeza, continuou, para se ter a anuência desse duto, serão necessárias as anuências. O empreendedor explicou que nos próximos dias serão melhor detalhados os processos topográficos, geológicos e iniciando-se o projeto básico que é uma etapa seguinte do detalhamento do projeto. Em relação ao aquário, não há previsão de se fazer um aquário com as águas que irão para o rio, mas poderia ser feito sem problema até porque os componentes contidos nos efluentes que são direcionados ao rio são naturais, mas que não está previsto no projeto. Não satisfeito com as respostas, o Senhor Fabrício dirigiu-se ao microfone explicando que, considerando a informação constante do RIMA e a fala do empreendedor, fazia a seguinte manifestação, como Procurador Jurídico da Fíbria: a empresa não é contra o empreendimento, ela tem acompanhado o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, principalmente do município de Três Lagoas, elogiando a iniciativa da Petrobrás que pretende instalar a fábrica de fertilizantes no município. No entanto, continuou, no dia 30 de julho de 2010, a Fíbria recebeu um comunicado de que a empresa havia feito estudo de alternativa locacional para passagem de dutos subterrâneos através dos quais faria o lançamento dos seus efluentes, tendo optado pela alternativa nº 5, conforme consta no EIA/RIMA e no site do IMASUL. Explicou que a alternativa em questão, por demandar a passagem de dutos subterrâneos por áreas da Fíbria/MS, por obvio precisaria da prévia anuência da Fíbria/MS para dar andamento ao processo de licenciamento encaminhado pela explicou que, considerando que a anuência implicaria Petrobrás. Continuando, passagem de dutos de efluentes por áreas protegidas, cortando áreas de reserva legal, área de preservação permanente, plantio comercial de eucalipto, com o agravante de serem enterrados



662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

em locais com lençol freático de pouca profundidade, no máximo de 2 m, a alternativa mostrou extremamente preocupante dada a grande possibilidade de acidentes em virtude da movimentação de máquinas pesadas, utilizadas na operação da Fíbria/MS, o que pode acarretar a ruptura de tubulações e consequente comprometimento do lençol freático. Enfatizou que até mesmo os pontos de monitoramento de águas superficiais do rio Paraná da Fíbria/MS teriam que ser realocados em função da passagem de tais dutos, com perda histórica de uma següência de dados até então monitorados. Considerando esta e outras explicações a Fíbria MS encaminhou resposta à Petrobrás no sentido de que fosse realizada uma avaliação conjunta das duas empresas a cerca da melhor alternativa locacional para sua instalação. Como não houve nenhuma manifestação da Petrobrás, continuou, até o dia 02 de agosto, quando a Fíbria/MS recebeu informação de que a Petrobrás estaria localizando pedido de licença em 06 de agosto, mais uma vez a Fíbria/MS reiterou quanto à necessidade da avaliação conjunta, solicitação que ficou sem resposta da Petrobrás e, ante a ausência de um estudo conjunto, a Fíbria MS não pode, até o momento conceder a imprescindível servidão de passagem necessária ao projeto tal como especificado na presente Audiência. Enfatizou que a FíbriaMS, na presente manifestação, tem a certeza de agir da melhor forma preventiva e, mais uma vez, reitera a solicitação de avaliação conjunta do projeto proposto pela Petrobrás, o qual oportunizará o encontro de uma alternativa ambientalmente segura no interessa de ambas companhias e da comunidade de Três Lagoas. Terminou a sua manifestação, reafirmando o interesse de que o projeto da Petrobrás possa se desenvolver e realizado nas melhores condições para todos, requerendo o registro de forma gravada, o que já estava sendo feito.Com a palavra, o empreendedor concordou com a manifestação da Fíbria. Dando continuidade aos debates, Dr. Pedro Mendes fez a leitura de mais um bloco de perguntas, ainda sobre a água. 19ª questão, de Milton Gomes Silveira do Comit~e de Desenvolvimento Sustentável, direcionada ao empreendedor: A água do subsolo, dos rios e córregos corre riscos ambientais caso ocorra acidentes ou vazamentos na empresa? 20ª questão, de Claudianne Oliveiro dos Santos, SENAC - Técnico em Meio Ambiente: Com base no Programa de Tratamento de Efluentes e Água, gostaria de saber de que maneira será feito este tratamento e qual a porcentagem (média) de efluentes tóxicos ou poluentes lançados a água? 21ª questão, de Idevaldo Claudino da Silva, Vereador de Três Lagoas: Como será realizada a análise da água a ser devolvida pelo empreendimento ao rio Paraná e se o IMASUL acompanhará. O IMASUL tem condição de realizar isso? A própria empresa é quem fará isso? Esse empreendimento será sendo fiscalizado pelo IMASUL com relatórios junto ao empreendedor e outras empresas, como por ex. a Fíbria? 22ª questão, de Maria José Vilela, UFMS: No EIA não está relacionado o monitoramento da ictiofauna, apesar de afirmado na apresentação. Considerando o potencial poluidor dos efluentes líquidos e até mesmo gasosos na acidificação de solos e água, é fundamental a inclusão deste grupo no monitoramento a longo prazo. A consultora respondeu os questionamentos, começando da última pergunta: Em relação ao monitoramento da ictiofauna está previsto o liminológico, contemplando aspectos físicos, químicos e bióticos e este programa, já respondendo também a outra pergunta, continuou, é proposto no Estudo de Impacto Ambiental já efetivando as medidas de monitoramento das alterações na qualidade da água e na biota aquática. Explicou que a inclusão de grupos animais como ictiofauna não é impeditivo neste momento de planejamento; o detalhamento do programa ocorrerá no momento de Plano Básico Ambiental,



706707

708709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720721

722

723

724

725 726

727

728729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

quando os programas são detalhados e segue a orientação da legislação e do IMASUL. Explicou que o órgão ambiental indicará, caso julgue necessário, um detalhamento maior do programa. Em relação à pergunta sobre análise de tipos de peixes no rio Paraná, informou que o Paraná é um rio bem estudado do ponto de vista de ictiofauna, em virtude dos empreendimentos hidrelétricos; foram consultados dados secundários, publicações e muitos trabalhos científicos. Foi realizado um trabalho de diagnóstico da atividade pesqueira, onde foram identificados os pescadores, as características da atividade de pesca com petrechos usados, espécies capturadas e diagnosticada a importância da atividade para o município. A consultora enfatizou que, em virtude dessas características, foi indicado o programa de monitoramento liminológico. Em relação à contaminação dos rios, córregos: sobre o subsolo, destacou que a água subterrânea está a uma profundidade muito grande e que qualquer vazamento que ocorra na planta da Unidade de Fertilizantes não deve alcançar a água subterrânea em virtude da profundidade. Em relação ao que está sendo lancado, a consultora explicou que, do ponto de vista do empreendedor, existe o gerenciamento dos efluentes líquidos que devem ser testados na estação de tratamento de efluentes, de tudo o que for lançado, de acordo com a determinação da legislação brasileira, destacando que os programas realizados geram relatórios que são entregues ao órgão ambiental. Portanto, continuou, independente de quem realize o Programa de Monitoramento Ambiental, o órgão ambiental responsável, no caso o IMASUL, acompanha todas as atividades, desde a malha mostral dos pontos de coleta de todas as características dos parâmetros a serem realizados.como acompanha os resultados obtidos. Não satisfeita com a resposta, Claudiane/SENAC, manifestou-se ao microfone: ela gostaria de saber, ao certo, a porcentagem que será lancada e como vai funcionar o tratamento de efluente. A consultora respondeu que, sobre o que será lançado e como será feito o tratamento, como já havia explicado, encontra-se no momento de Projeto Básico Ambiental; depois todo o tratamento será detalhado no aspecto de engenharia. Ressaltou que, de acordo com o que já foi identificado, o que vai ser lancado, já ocorre na natureza; na apresentação foi falado que a dispersão é física e não química porque não ocorre contaminação. Informou que existem duas resoluções: uma determina sobre o que é lançado, isto é, antes de sair do duto, de ser lançado, tem que atender a legislação pertinente e a outra legislação é de como deve se comportar a dispersão em um rio classe 2, que é o rio Paraná, tudo estando dentro dos padrões. Quantificar a porcentagem de tratamento, continuou a consultora, no momento de detalhamento do projeto, tanto do ponto de vista da engenharia, como do Plano Básico Ambiental, ficará mais claro, destacando o atendimento a legislação. O Vereador Idevaldo também se manifestou: ele gostaria de saber dos relatórios do IMASUL, como será o acompanhamento por parte da Petrobrás e o relatório do IMASUL junto ao governo do Estado. Ressaltou que, como Vereador de Três Lagoas continuará acompanhando, dentro do Plano Básico Ambiental citado pela consultora, a relação do IMASUL com a Petrobrás e com outras empresas como a Fíbria. A consultora respondeu que, a partir do momento que é apresentado o programa, o que é apresentado no Estudo de Impacto Ambiental e depois detalhado no PBA é um compromisso do empreendedor, firmado, não só com o órgão ambiental, mas com todos, de que ele será responsável pelo monitoramento e por todos os programas que forem realizados, sendo diretamente relacionado com a implementação de todos os programas. O Senhor Milton também manifestou-se ao microfone: em sua pergunta ele estava se referindo a possíveis vazamentos de produtos



750

751

752753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764765

766

767

768

769 770

771

772773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790 791

792

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

químicos que podem atingir os rios e córregos e a consultora falou de efluentes e não de produtos químicos. Senhor Milton refez a sua pergunta. A consultora citou dois pontos: primeiro em relação à água do subsolo; a profundidade em que a água está localizada, mesmo que ocorra vazamento eventual, não estão previstas contaminações. Em relação à vazamentos de produtos químicos, os aspectos liminológicos, quando se fala de monitoramento químico, porque na água existem elementos químicos e o que está sendo lançado no rio Paraná são elementos químicos que já existem. Numa concentração diferente ou não, serão laçados componentes já existentes. Não estão previstos acidentes porque o lançamento do descarte deve ser controlado. Na eventualidade de ocorrer acidentes, na operação do empreendimento, existem planos de contingência e norma as Petrobrás no sentido de serem tomadas as medidas cabíveis. Foi dada a palavra a Sra. Milena, responsável pela área de meio ambiente da Petrobrás para complementar a resposta. Em vez da Sra. Milena, manifestou-se o Senhor Edmilson, Engenheiro Químico, que trabalha na área de análise de risco da Petrobrás. Com relação à problemas com vazamentos, durante o Estudo de Análise de Risco, todos os possíveis vazamentos que possam ocorrer na planta são analisados, fazendo-se uma varredura de todos os possíveis locais que possam ocorrer vazamentos e existem os sistemas de segurança para prevenir tais vazamentos como: válvulas de fechamento, diques de contenção nos locais mais possíveis de vazamentos, que são projetados para que os produtos sejam contidos, não sendo vazados para o subsolo, vão para canaletas concretadas e mandados para o sistema de tratamento de efluentes. Na ocorrência de um vazamento muito grande, sugerese como medida mitigadora de haver um tanque reserva para que esse produto fique armazenado durante o tempo que seja possível tratar. Ressaltou que tudo havia sido analisado e mesmo que o sistema de controle falhasse, ainda assim, não atngiria a população. A Profa Maria José também manifestou-se ao microfone: com relação ao monitoramento de ictiofauna sua pergunta se baseou na ausência de referência ao monitoramento de peixes no EIA, onde não está relacionado este monitoramento, o que existe de monitoramento liminológico especifica planton, vegetação aquática, pentons e vários parâmetros de qualidade de água, mas especificamente peixes não está citado e a sua pergunta é, justamente nesse sentido por achar fundamental que a ictiofauna tenha também o seu monitoramento, acreditando que, como ainda é um estudo, pode ser incluído. Com relação ainda ao estudo de peixes, continuou a professora, o levantamento feito foi com base em dados secundários e lhe causou preocupação porque a listagem de espécies que aparecem no EIA é muito inferior ao das espécies que ocorrem na região. O que foi apresentado foram tabelas, algumas espécies de importância comercial, algumas espécies na lista de risco; inclusive, dentro da tabela a grande maioria de risco ali citada não ocorre na região, sendo espécies de ocorrência no alto Tietê, espécies próximos de nascentes, acreditando que o levantamento feito na parte de ictiofauna deveria ter sido melhor cuidado, ter sido feito numa abrangência maior do que está referenciado no documento. A consultora agradeceu a observação da professora, informando que a avaliação de impacto sobre a água do rio Paraná e sua biota não identificou impacto sobre a ictiofauna; de acordo com o que está sendo lançado e o comportamento desse efluente, as características sobre o que está sendo lançado, como está sendo lançado e como se comporta no corpo hídrico, não identificou alteração sobre a comunidade hídrica e por isso, não foi mencionado, mas a observação da professora fica registrada. A seguir, Dr. Pedro iniciou outro bloco de perguntas: 23ª questão, de Ederval Batista de Freitas, SENAC: Com o



794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808 809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

grande no de trabalhadores durante a obra o empreendedor pretende fazer uma parceria com o município na área de saúde? 24ª questão, de Regina Célia Dutra: Quais projetos sócias serão implantados visando amenizar o impacto causado pelo grande contingente de trabalhadores de outros estados? 25ª questão, de Jorge Victorino, Lions Club de Três Lagoas: Com relação à priorização de mão-de-obra local, de que forma será implantado o PROMINP em Três Lagoas, quanto tempo antes das contratações e quantas pessoas o programa pretende capacitar para efetivamente priorizar a contratação de mão-de-obra local. Previsão de quantos % de mão-de-obra será local? Todas as perguntas foram direcionadas ao empreendedor. Em relação ao PROMINP, deve ser iniciar em 2011, de seis a oito meses antes da contratação da mãode-obra. O programa está projetado para seis mil pessoas, variando de acordo com o interesse e disponibilidade da mão-de-obra local. O empreendedor informou que não tem uma previsão de quanto por cento de mão-de-obra local, desejando que seja o máximo, mas que encontra uma barreira na carência de mão-de-obra local, por isso está previsto uma qualificação para que os trabalhadores se elevem em patamar, em termos da qualificação profissional para que se consiga aumentar o contingente da mão-de-obra local. Em relação à projetos sociais, o empreendedor informou que a iniciativa da área de saúde, a Petrobrás reafirma a conhecida, divulgada sua responsabilidade social no empreendimento. A Petrobrás vem trazer um projeto para a comunidade e reafirma a sua intenção de restabelecer programas sociais e de melhoria de infraestrutura da comunidade de Três Lagoas. Porém, continuou o empreendedor a definição desses programas compete, não apenas a Petrobrás, mas também aos órgãos representativos da sociedade que tem um conhecimento maior de quais são as prioridades da comunidade; para estabelecer uma priorização e os melhores programas sócias, a Petrobrás, como havia sido mostrado anteriormente, fará parceiras com a Prefeitura e com o Governo para definir os programas sociais a serem conduzidos nos municípios de Três Lagoas, quanto Brasilândia, quanto no Estado. A Senhora Regina Célia manifestou-se ao microfone: A respeito dos programas sociais e parcerias que serão firmadas, ela gostaria de saber, na questão particular, a empresa vai contratar Assistentes Sociais para trabalhar com os seus funcionários da indústria e não só com a sociedade. O empreendedor informou que a Petrobrás, atualmente, dispõe de programas de assistência aos funcionários e, com certeza, esses programas contemplarão os funcionários da empresa, estando dentro dos padrões de gestão da Petrobrás. Neste momento, Dr. Pedro informou que havia iniciado a hora adicional do debate e iria iniciar um bloco e perguntas sobre gases, com algum viés de efluentes líquidos. 26ª questão, de Ariel Dias Garcia, Lions Clube de Três Lagoas: Com relação aos efluentes líquidos até que distância a pluma permanece até se dissipar completamente e qual a caracterização desse efluente. Existe algum componente tóxico? 27ª questão, de Ariel Dias Garcia, Lions Club de Três Lagoas: Caso haja algum vazamento de gases ou líquidos na UFN III põe em risco a população da cidade de Três Lagoas e seu entorno? O que pode ser feito para minimizar esse risco? 28ª questão, de Wesley Mendonça, Agitta Comunicação: O Brasil e o mundo presenciaram e continuam presenciando acidentes ambientais. Caso haj algum vazamento de gases ou líquidos na Petrobrás, põe em risco a população da cidade de Três Lagoas e seu entorno? O que pode ser feito para minimizar esses riscos? 29ª questão, de César Adriano e José Carlos/SENAC: Considerando o balanço de emissões de GEE, quais medidas mitigadoras propostas quanto ao contexto de política nacional de mudanças climáticas? 30ª questão, de Marcelo Pires Rosas/Pequi Florestal: Nós temos inúmeros



838 839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878879

880

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

empreendimentos no entorno de Três Lagoas que são geradores de gases, entre eles a Fíbria, Curtume, Usina Termoelétrica e também outros em fase de instalação, tais como a Eldorado, Sitrel e a própria UFN III. Pergunto: O Estudo de Modelagem Atmosférica avalia possibilidade de correlação desses gases que, isoladamente, não causariam danos, mas que, em conjunto, possam gerar odores com maior frequência, resultando na redução da qualidade do ar na área urbana? 31ª questão, de Izolina Antonia da Silva: Gostaria de saber se corremos o risco de poluição, como em São Paulo, para o futuro? E como a Petrobrás nos garante isso? 32ª questão, de Cristiane Inês Lompa/Lions Club de Três Lagoas: Haverá geração de gases causadores de odores? Esse odor poderá atingir a zona urbana de Três Lagoas? Todas as perguntas foram direcionadas ao consultor. A Senhora Tatiana iniciou respondendo sobre a pluma, explicando que em sua apresentação havia uma imagem sobre a pluma na seca e na cheia do rio, que são diferentes nos dois momentos e modeladas de modo distinto; no período de seca, o alcance máximo é próximo a 40 metros da pluma até a dispersão. Na cheia atinge, aproximadamente, 80 m. Em relação à caracterização do efluente, o que o compõe são óleos vegetais, minerais, nitrogênio amoniacal total, materiais sedimentáveis, pela característica de areia do rio Paraná, e DBO que é a demanda bioquímica de oxigênio. Em relação à modelagem de efluentes, o que foi contemplado foram os gases emitidos pela UFN III, que é o determinado pela legislação, embora no momento de detalhamento do Programa de Controle da Poluição já terão dados da qualidade do ar na área do empreendimento. Em relação aos odores, a sua presença foi contemplada na modelagem e os resultados obtidos, no período de operação do empreendimento, não estão previstos odores. Eles podem ocorrer em determinados momentos da operação do empreendimento, que são chamados partidas e, nesse caso, os odores são pequenos, não ultrapassando dois km da UFN III. A consultora destacou que tudo depende muito das condições de direção de ventos. Sobre as questões de risco, o empreendedor solicitou à especialista da Petrobrás para responder. Ela esclareceu que não se espera que nenhum efeito de ocorrência de acidentes na planta de UFN III atinja Três Lagoas. O limite calculado para danos mais graves é cerca de 2km do ponto de vazamento dentro da Unidade. Sobre as medidas necessárias, a Petrobrás dispõe de um Programa de Gerenciamento de Riscos em que diversas medidas são implementadas para evitar a ocorrência de acidentes e minimizar os seus efeitos, além do Plano de Ação de Emergência, tendo como função os procedimentos básicos para controlar qualquer ocorrência acidental na planta. Em relação a balanço de emissões e à política nacional de mudanças climáticas, as características do que foi lançado, não há nenhuma relação com mudanças climáticas. Em relação aos odores, complementando o que já havia sido dito, não tem alcance na área urbana de Três Lagoas, no máximo alcançaria 02 km. O Senhor Marcelo Pires manifestou-se ao microfone: ele gostaria de um esclarecimento e fazer algumas considerações: algum tempo atrás em Três Lagoas, todo o mal cheiro tinha um único culpado, o curtume; agora chegou a Fíbria, a Usina Termoelétrica, está chegando a Eldorado, a UFN III, Sitrel. Três Lagoas tem, agora, uma gama de emissores de gases, de odores, na região. Antes da audiência da Fíbria aconteceram vários fóruns onde ele teve a oportunidade de participar e em um dos fóruns foi apresentada modelagem atmosférica cuja base de dados não continha um histórico abrangente para que o modelo fosse, efetivamente, testado. Ele enfatizou que, na ocasião, ele questionou e a consultora esclareceu que o odor não passaria acima de 4 km e, recentemente voltando do município de Bataguassu, a quase 30 km da fábrica, ele sentiu o odor característico e lembrou



882 883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896 897

898

899

900

901 902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

que a modelagem que garantiram com correta estava "furada" e ele gostaria de um esclarecimento sobre a questão da modelagem atmosférica. A consultora esclareceu que em relação aos dados utilizados para a modelagem, eles foram preconizados, inclusive, por órgãos internacionais, de modo a poder comparar com outras modelagens, com outros locais, atendendo a toda determinação, não só brasileira, como também internacional. Em relação ao monitoramento, ela havia dito que não haverá percepção de odor no raio maior que 02 km; havendo a percepção, o gerenciamento de emissões atmosféricas deve detectar e atender o que já estava sendo previsto. Com a palavra, o Prof. Nicole esclareceu que a questão levantada pelo Senhor Marcelo foi interessante, mas fábrica de papel trabalha com enxofre e esse produto possui compostos em odor persistente; o fato desse odor ter sido sentido a 20 km, 50 km de distância é um fato real, mas em certas condições atmosféricas. Explicou que o que acontece nas fábricas é que as chaminés são altas e durante a noite resfria o solo, formase uma inversão térmica e os gases não descem para o chão e, pelos ventos fracos, são levados em alta concentração, como se fosse um rio e, pela manhã, o sol aquece o solo, começa haver uma convexão, o ar frio desce e o quente sobe, descendo o odor, podendo ser sentido a até mais de 50 km, ocasionalmente, dependendo das condições atmosféricas. Ele ressaltou que, no caso da Fábrica de Fertilizantes, não existe enxofre, quase nada, um resquício por motivo de segurança. Portanto, continuou, não há possibilidade de gerar gases odoríferos, persistentes, penetrantes; o gás que poderá causar algum odor é a amônia, mas ela tem uma natureza diferente do enxofre, explicando o porquê. A seguir, o mediador, Dr. Pedro Mendes Neto deu continuidade aos debates, com mia um bloco de perguntas. 33ª questão, de Maria José Vilela/UFMS, ao consultor: A rodovia Brasilândia-Panorama servirá como rota para veículos relacionados ao empreendimento? Como ela corta uma RPPN (Cisalpina), não seria importante implantar pontos de cruzamento para a fauna local, considerando o risco de atropelamentos de animais naquela via? 34ª questão, de Rogério Matioli/SENAC, ao empreendedor: Gostaria de saber detalhes de como será organizado o bota fora, o lixo do pós obra. 35ª questão, de Agílio dos Santos Martins/Rotary Club Três Lagoas "Cidade das Águas", ao consultor: Para onde serão encaminhados os resíduos sólidos na fase de construção civil? E na fase de operação, para onde serão destinados os resíduos? Quais são as parcerias que a Petrobrás está prevendo com relação aos impactos na área rodoviária e nos serviços sócias (lazer, saúde, segurança, educação, trânsito, etc) O que vocês podem fazer para que o nosso município se torne a capital do primeiro emprego do Brasil? Alguma ação específica para isso tornar realidade? Com a palavra, o empreendedor explicou que em todos os empreendimentos da Petrobrás existe um padrão bem mais restritivo do que a legislação brasileira e, atualmente, todos os seus empreendimentos contam com a coleta seletiva de lixo e com programa de destinação de resíduos sólidos e, se possível, em parcerias com algumas empresas um programa de reciclo para utilização de resíduos sólidos. A previsão que está dentro dos padrões da Petrobrás será aplicada em Três Lagoas e a parceria para o reuso é uma proposição que poderá ser estudada a partir do momento do início da execução. A seguir, consultora. Em relação aos resíduos sólidos, como já havia sido passou a palavra à apresentado, existe um programa previsto, o Programa de Controle da Poluição, que no momento do detalhamento no PBA, em posse da Licença Prévia, indica qual o destino, quais os materiais que serão reciclados, o que é reutilizado e aproveitado, além do destino de cada resíduo sólido. A consultora lembrou que além da legislação ambiental a própria Petrobrás



926 927

928929

930

931

932

933

934

935

936

937

938939

940941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

estabelece normas de destinação de resíduos. Em relação à rodovia Brasilândia-Panorama, a consultora explicou que a área do empreendimento não é um fragmento, não tem a presença de uma fauna que vai ser deslocada em direção à rodovia; está previsto o Programa de Conservação da Fauna e se houver necessidade de avaliar interferência com a rodovia, vai ser contemplado no detalhamento do Programa. A Profa Maria José Vilela manifestou-se ao microfone: A sua pergunta foi em relação à rodovia que passa dentro da RPPN Cisalpina que liga Brasilândia ao estado de São Paulo e ela imagina que deverá também ser utilizada em alguns dos deslocamentos dos veículos que vão servir a fábrica de alguma maneira. A sua preocupação é em relação à travessia de uma unidade de conservação que tem uma quantidade muito grande de mamíferos, onças, jaguatiricas, mamíferos de porte médio a grande que transitam muito pela via e, obviamente, vai representar um risco maior de atropelamentos sobretudo se o que havia sido dito e for seguido, evitar o horário de pico e imagina que pode ser tráfego noturno. Sua preocupação é que, juntamente com o órgão ambiental, se procure algumas medidas preventivas para diminuir os riscos de aumento de atropelamento de fauna particularmente naquela região. A consultora explicou que, em relação a essa questão, havendo diagnóstico do tráfego, dimensionamento das alternativas que serão usadas pela Petrobrás de escoamento da produção e detectada a interferência sobre a fauna, medidas serão propostas em conjunto com o órgão ambiental. A seguir, Dr. Pedro Mendes esclareceu que o próximo bloco de perguntas serão de assuntos mais gerais. 36ª questão, de Edenilson Gomes de Sales, da Prefeitura Municipal de Três Lagoas, ao empreendedor: Está previsto a realização de fóruns com a participação dos segmentos impactados na fase de elaboração dos PBAs? Onde serão aplicados os recursos da compensação ambiental do empreendimento, já que quem vai sofrer os impactos é a população de Três Lagoas? 37ª questão, de Milton Gomes Silveira/Departamento Municipal de Trânsito, ao empreendedor: A partir da instalação da empresa nossas rodovias e ferrovias terão uma ampliação do transporte de produtos químicos ? Como a Petrobrás Fertilizantes estará preparada caso haja algum acidente, descarrilhamento ou vazamento desses produtos? Ela terá alguma equipe especializada que cuidará desses possíveis problemas ou deixará por conta do Estado de Mato Grosso do Sul? 38ª questão, de Marcelo Longo/UFMS, ao empreendedor: Dos mais de 2 bilhões de dólares a serem investidos, quanto será destinado às medidas mitigadoras dos impactos ambientais? 39ª questão, de Ana Maria Barbosa, do jornal Correio do Estado, ao empreendedor: Do volume de 2,2 bilhões de dólares de investimentos, qual a porcentagem que será destinada para os programas de mitigação, controle e compensação ambiental? 40ª questão, de Márcia Rocha/SEBRAE/MS, ao empreendedor: Está previsto no organograma da Unidade Industrial a ser instalada uma diretoria executiva no mesmo nível do de produção industrial, com responsabilidades para todo o ecossistema e impacto ambiental? Como será tal organograma? 41ª questão, de Maria José Vilela/UFMS, ao empreendedor: Qual o montante de recursos destinados à compensação ambiental? Considerando a existente de UCs no município de Três Lagoas (Capivaras, Pombo e Jupiá) não seria importante priorizar a aplicação de parte desses recursos na estruturação destas Unidades para seu pleno funcionamento para a conservação? A consultora explicou que, em relação à destinação dos recursos da compensação ambiental, existe uma legislação estadual que indica os critérios que subsidiam os cálculos da compensação ambiental. O empreendedor, de acordo com a legislação, pode sugerir possíveis destinações, mas a decisão



970971

972973

974

975

976

977978

979

980

981

982

983

984 985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

10101011

1012

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

da destinação é da Comissão Estadual de Compensação que destina para onde vai o recurso. Ao empreendedor cabe sugerir, mas a decisão é do poder público. Em relação aos fóruns setoriais, o empreendedor esclareceu que eles serão realizados para a apresentação e discussão dos programas, sendo necessário definir com o IMASUL quais e quando serão esses fóruns. Em relação à Diretoria Executiva, o empreendedor explicou que a estrutura da Petrobrás prevê uma área responsável pelas áreas de segurança, meio ambiente e de saúde. A Petrobrás tem as Diretorias Executivas, conforme a sua área de negócio, atualmente, sendo seis diretorias. Numa Unidade do porte da que está em discussão, continuou, existirá uma área responsável pela área de meio ambiente. Explicou que a área da unidade é complementada pelas áreas corporativas de meio ambiente da Petrobrás, existindo uma Gerência Executiva de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; a Gerência Execuitiva na Petrobrás é o primeiro nível abaixo da Diretoria. Sobre o trânsito, o empreendedor explicou que o principal produto a ser transportado é a uréia, que é um produto sólido e, em geral, requer um transporte em caminhões baú, mas não é um transporte especial; a amônia, sim, mas é uma parte muito pequena, que requer um transporte especial. A seguir, passou a palavra ao Senhor Piter, responsável pela parte de transporte, para explicar as medidas que estão sendo tomadas nesse sentido. Ele explicou que a uréia granulada não teria maiores problemas no caso de acidente rodoviário; a amônia líquida poderia trazer problemas, mas a Unidade tem o pessoal treinado, uma brigada para atender essas situações, tanto dentro da planta quanto acidentes rodoviários. Além disso, continuou, o SMS Corporativo possui uma estrutura para atender também esse tipo de acidente, em conjunto com os CDAs, que são os Centros de Defesa Ambiental, sendo vários espalhados pelo país que possuem recursos para esse tipo de incidentes. Informou que o maior deles encontra-se em Guarulhos, por ser próximo ao aeroporto e pode deslocar recursos para qualquer lugar do país de avião.no menor tempo possível; a BR Distribuidora, continuou, já transporta produtos como combustível e utiliza toda a estrutura; a Petrobrás tem toda estrutura para atender. Achou importante salientar quais são as parcerias, sendo realizado treinamento simulado, sendo um dos cenários os acidentes rodoviários, onde são envolvidos a Polícia Rodoviária, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil. Citou como exemplo a Usina Termoelétrica de Três Lagoas que há um mês, aproximadamente, realizou um simulado em conjunto com o Corpo de Bombeiros, visando treinar, capacitar o pessoal do Corpo de Bombeiros. A consultora informou que, em relação às medidas mitigadoras e programas do EIA, são compromissos do empreendedor é proposto em lei e, a partir do momento em que está presente no EIA, detalhado no processo de licenciamento ambiental, o empreendedor vai realizar da maneira como for acordado com o órgão ambiental, independente do valor da obra, não está atrelado ao valor da obra; ele deve implementar as 26 medidas indicadas e os 15 programas e outros que venham a ser solicitados pelo órgão ambiental, independente do valor da obra. A Senhora Ana Maria manifestou-se ao microfone: O que ela queria saber, especificamente, é se dentro do plano existe uma destinação X para as questões de mitigação e de compensação, principalmente. O empreendedor respondeu que, em termos de compensação, existem leis tanto federais como estaduais para regulamentar esse cálculo e que a Petrobrás tem previsão do que está em legislação, tem uma estimativa dentro dos investimentos para essa ação. Em relação aos programas e medidas compensatórias, a Petrobrás está discutindo com o órgão ambiental, porque também tem uma estimativa e, à medida em que se vai detalhando, vai aumentando a



1014

1015

1016 1017

1018

1019

1020

1021 1022

1023 1024

1025

1026

1027

1028 1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

10361037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054 1055

1056

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

previsão dessa estimativa, só não tem como precisar, no momento, qual é. O empreendedor informou, ainda, que os programas estão estimados dentro do valor do empreendimento. A Profa Maria José também manifestou-se ao microfone: Com relação à aplicação dos recursos nas Unidades de Conservação, o que está previsto em lei, regulamenta que não menos de 0,5% do total da obra, seja investido em uma Unidade de Conservação, sabendo-se que isso é determinado pelo órgão ambiental, acordo com Prefeitura, com empreendedor, mas ela gostaria de deixar registrado a solicitação de que o órgão ambiental considere, com muito cuidado, com muito carinho a possibilidade de investir, pelo menos parte desse total, na estruturação das Unidades de Conservação do município, sendo três: Parque do Pombo, Reserva das Capivaras e a Apa Jupiá, que estão necessitando de um investimento de infra estrutura para que possam funcionar como uma unidade de Conservação, sendo abertas ao público, para Educação Ambiental, para pesquisa. A Profa entende que seria um investimento bastante inteligente e de bom retorno para o município priorizar as referidas áreas.no sentido da compensação. O mediador Pedro Mendes ressaltou que a solicitação da Profa fica consignado. A seguir, deu início a outro bloco de perguntas: 42ª questão, de Élson Fernandes de Lima/Casa do Floresta, ao consultor: A área de intervenção nas APPs afeta as áreas de ocorrência do tatu canastra e do cervo do pantanal, espécies ameaçadas de extinção. Como isso será abordado nos programas, visto que essas espécies são ecologicamente frágeis? 43ª questão, de Marcio Uekara Prado/Consultor independente, ao consultor: A várzea do rio Paraná é habitat da espécie de lepidoptera ameaçada (nacional), parides panthonus castilhoi. Por que não há nenhum programa associado a essa espécie? 44ª questão, de jaqueline como cidadã e possuo nível médio de Silva/SENAI, ao consultor: Estou presente escolaridade, com isso pergunto aos senhores: citaram vários impactos, os positivos deverão ser potencializados, os negativos, que são a maioria, apresentaram programas de mitigação; então, qual a real finalidade e objetividade da Audiência, seria a divisão com a população de responsabilidades desagradáveis futuras? 45ª questão, de Profo Dr. Marçal Rizzo/UFMS, ao empreendedor: Há alguma explicação lógica para os grandes produtores (países) de uréia serem países emergentes ou mesmo não desenvolvidos? Por que países como EUA e Europa não sediam esse tipo de empreendimento? Seria por se altamente poluente? Sabemos que isso já vem ocorrendo com os curtumes, já que a Europa optou por não receber mais curtumes em seu território. O mesmo ocorre com a uréia? 46ª questão, de Fábio Luiz/SENAI, ao consultor: Quanto ao controle de supressão da vegetação, especificamente o cerrado, tão importante para a manutenção e qualidade da águas subterrâneas. E o manejo destas, quais medidas e estudos para a conservação e controle da qualidade do aqüífero guarani, uma vez que a UFN III estará, também, sobre este importante reservatório subterrâneo de água? 47ª questão, de Maria José Vilela/UFMS, ao empreendedor: O tracado dos dutos consta áreas únicas, cerrado e proximidades de cabeceira de riacho: não seria mais interessante o traçado 3, que é mais curto, apesar de cortar parte de uma reserva legal? É possível liberar esse tipo de exceção por parte do órgão ambiental? O empreendedor começou respondendo a pergunta da Profa Maria José: ele entende que está se tratando do duto de efluentes e ele já se comprometeu com a Fíbria a reestudar o traçado; a Petrobrás teria que conversar com o órgão ambiental para ver se há alguma exceção, não tendo como responder no momento, teria que conversar com o órgão ambiental, mas será avaliado. A consultora respondeu que, em relação ao tatu canastra e ao cervo do pantanal, foi realizado, no diagnóstico ambiental, um



1058

1059

1060 1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067 1068

1069

1070

1071

10721073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080 1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093 1094

1095

1096

1097

1098 1099

1100

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

levantamento da fauna silvestre local e a fauna localizada é extremamente relevante, com espécies ameaçadas de extinção e o tatu canastra é um exemplo, e com espécies endêmicas também. Explicou que, em virtude desse fato, embora a supressão da vegetação primária de mata nativa seja pequena, em virtude da relevância dessa fauna, foi proposto o Programa de Conservação da Fauna, em que o intuito não é somente algumas espécies e, sim, a comunidade faunística da região; as medidas serão previstas pelo referido programa e, em atenção especial às espécies ameaçadas. Em relação à finalidade da Audiência, o empreendedor explicou que a Petrobrás entende que a Audiência é um instrumento de debate, de apresentação de idéias, de ouvir as idéias da população e entende como um instrumento válido de democracia e de aprimoramento dos seus empreendimentos. Em relação aos grandes produtores de uréia, o empreendedor explicou que no estudo de mercado realizado pela Petrobrás, constatou que os Estados Unidos produz muita uréia e a grande questão deles não sediarem esses investimentos é econômica, o preco e a disponibilidade de gás natural. Citou o gráfico de grandes produtores que havia sido mostrado na apresentação, basicamente as unidades de fertilizantes estão situadas onde existe disponibilidade de gás e, mais ainda, disponibilidade de gás associada ao petróleo, o que reduz bastante o preço de oportunidade do gás. Até onde a Petrobrás conhece, não é por razões ambientais. Em relação à supressão da vegetação, a consultora respondeu que assim como para a fauna, foi feito um inventário florestal na área para identificação das tipologias vegetais e das espécies arbóreas, sendo identificada a presença do cerrado, assim como aponta o questionamento. A idéia é que haia a reposição de toda a vegetação a ser suprimida; caso não possa ocorrer na faixa de dutos, ela será suprimida na área mais próxima; tudo o que for suprimido, será reposto de acordo com as características. Em relação à interferência com o controle da qualidade do aqüífero guarani, devido a sua profundidade, abaixo do Santo Anastácio, não é previsto interferência alguma da supressão da vegetação em relação ao aquífero. Em relação à fauna da área de várzea, conforme o levantamento feito, há uma comunidade faunística relevante; sob o aspecto ecológico, vai ser priorizado, através do Programa de Conservação da Fauna, a comunidade faunística; havendo identificação de espécies que mereçam atenção especial, no detalhamento do PBA, será contemplado, lembrando que são muitas espécies relevantes no local. O Senhor Marcio Prado manifestou-se ao microfone: O diagnóstico de fauna está extremamente incompleto, pelo menos no que diz respeito a invertebrados, anfíbios e répteis e se não foram diagnosticadas estas espécies, como vão fazer um plano para elas. É a sua dúvida. A consultora informou que havia sido realizada uma campanha e está sendo prevista outra de fauna, na fase de detalhamento do Programa de Conservação da Fauna, no PBA, outra campanha de campo, para detalhar melhor o que foi diagnosticado, sendo a fauna altamente relevante. A idéia é que o Programa permita a conservação da fauna, com medidas de afugentamento necessária, com as medidas de resgates que forem necessárias. Lembrou que interferência sobre a fauna ocorrerá, principalmente, no momento de supressão de um trecho que corresponde, aproximadamente, 2,5 km ou menos, de uma área de vegetação nativa que será suprimida para a colocação do duto. A vegetação será recuperada, o trecho reflorestado e mesmo na área do duto vai haver gramínia.. Ela entende que a fauna é extremamente relevante, mas o impacto é pequeno. De qualquer maneira, continuou, será realizado um outro diagnóstico que pode contemplar outros grupos, de acordo também com o detalhamento do Programa e todas as medidas necessárias para a preservação da comunidade



1102

1103

1104 1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111 1112

1113

1114

1115

1116 1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

11241125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

11371138

1139

1140

1141

11421143

1144

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

das espécies ameaçadas. O Senhor Élson manifestou-se ao microfone: Ele solicitou um pouco de detalhamento sobre o Programa de Conservação, porque foi citado pela consultora algumas vezes, mas não detalhou o que será feito depois da instalação, depois de todas as licenças, o que vai ser feito? A consultora lembrou que na fase do EIA – Estudo de Impacto Ambiental, é diagnosticada a área, os impactos são avaliados, são propostos medidas e programas. Os programas apresentam o escopo geral, a fase de detalhamento de todas as etapas do programa e todos os procedimentos a serem adotados é na fase seguinte. Por isso, continuou a consultora não pode responder agora porque o momento de detalhamento do programa é posterior no processo de licenciamento, mas poderia indicar, de acordo com o impacto que já foi mencionado, na questão anterior, que está previsto o afugentamento da fauna, de modo a não interferir no momento da supressão, captura das espécies que ficarem entocadas, de difícil locomoção, mobilidade; a idéia é que se tenham especialistas, zoólogos, na linha de frente da supressão da vegetação que vão afugentando os animais e retirando-os. Além disso, continuou, está previsto interferência sobre transporte, tráfego, educação ambiental dos trabalhadores, redutores de velocidade e, dentro da área do empreendimento, o controle com a presenças dos especialistas do grupo faunístico e de um veterinário, caso ocorra alguma eventualidade. Lembrou, mais uma vez que o programa será detalhado na etapa do licenciamento. Continuando a Audiência, Dr. Pedro iniciou outro bloco de perguntas: 48ª questão, de Ana Maria Barbosa, ao empreendedor: Diante da inquietação pública sobre o uso do aquífero, a empresa não poderia abrir grupos de estudos com a sociedade civil para buscar um entendimento para o assunto? 49ª questão, de Ana Maria Barbosa: Qual a estimativa numérica de investimentos em compensação e em programas mitigadores? 50ª questão, de Edison Filgueiras Cabral, Sindicato Rural de Três Lagoas: Criação de organograma da Unidade Industrial, 1 Diretoria Executiva no nível da de Produção, com responsabilidade para todo ecossistema e importe ambiental. Como será? Dr. Pedro observou que esta pergunta já havia sido respondida e o Sr. Edison ficou satisfeito com a resposta. 51ª questão, de Edison Filgueiras Cabral/Sindicato Rural de Três Lagoas, ao empreendedor: Está prevista a criação, com participação da comunidade, de uma comissão para acompanhar eventuais acidentes ambientais? 52ª questão, de Cristovam Lages Canela/Secretário Municipal de meio Ambiente, ao empreendedor: Há previsão de Plano de Gerenciamento de Resíduos, coleta seletiva, mas não indicação onde a empresa fará disposição final dos resíduos. A empresa terá o seu próprio aterro sanitário ou pretende dispor no aterro do município? 53ª questão, de Wesley/Jornal Hoje MS, ao empreendedor: Ao contratar as empresas terceirizadas para a construção e manutenção da fábrica, a Petrobrás tem alguma preocupação ou mesmo exigência básica com relação aos antecedentes criminais das pessoas que estarão envolvidas na construção? O empreendedor respondeu que a Petrobrás vai fazer a contratação de empresas terceirizadas, tanto quanto dos seus funcionários, com alguns critérios a serem aplicados; quando há concurso público, os critérios sempre estão listados no edital do concurso público. Em relação aos seus subcontratados, continuou, há exigência de que haja qualificação técnica e acadêmica a depender da formação requerida e a experiência para executar o trabalho, quando na contratação da mão-de-obra; os demais critérios, em geral, dependem da política da subcontratada. Em relação à inquietação pública sobre o uso do aquífero, o empreendedor informou que, na presente audiência deve ter respondido a umas 50 perguntas sobre o assunto e colocou os especialistas renomados à



1146

1147

1148 1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160 1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

11811182

1183

1184

1185

1186 1187

1188

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

disposição para atender a todas as perguntas. Informou que a Petrobrás tem uma agenda de reuniões com o IMASUL para prestar esclarecimentos sobre vários assuntos, sendo um deles a questão da captação de água. Dessa forma, ele considera que, com a discussão amadurecida a partir da presente Audiência, com as discussões que devem ser conduzidas junto ao IMASUL e com o esclarecimento de diversos detalhes que foram apresentados, ele entende que a ampliação do conhecimento da sociedade deverá conduzir a um consenso e entendimento em relação ao assunto. Em relação à questão sobre estimativa numérica, o empreendedor informou que a estimativa existente, hoje, foi feita antes do desenvolvimento do EIA/RIMA e das discussões da presente Audiência. Ao longo do processo de licenciamento, continuou, a estimativa deverá ser revisada, mas a estimativa atual é de 20 milhões de reais para execução dos programas previstos no PBA. Em relação aos acidentes ambientais, a consultora informou que existe o Plano de Ação de Emergência, previsto no PBA, e em caso de acidente, existe esse Plano que orienta o que será determinado e as acões vão ser seguidas; o Programa envolve parcerias com outras instituições como a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e outras instituições do município que forem relevantes. O empreendedor explicou que, em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos, ainda estão trabalhando para dimensionar o volume de resíduos sólidos que deverá ser gerado e como será feita a deposição; uma parte dos resíduos deverá ser encaminhada para a reciclagem; atualmente, ainda não tem o número exato para identificar se os resíduos impactarão o aterro municipal ou não; no caso dos resíduos impactarem ou estressarem o aterro municipal, é compromisso da Petrobrás estudar alternativas para deposição dos resíduos gerados, tanto na construção, quanto na operação da Unidade, mas não tem essa previsão, atualmente. O empreendedor entende que essa questão deverá ser discutida e é compromisso da Petrobrás que se encontre uma destinação que não prejudique o aterro municipal. Em relação à criação de uma Diretoria Executiva, que já havia sido respondida, o empreendedor indagou em que ele poderia complementar a resposta? O Senhor Edison manifestou-se ao microfone: Pediu desculpas por insistir no assunto, mas alguém havia feito a mesma pergunta e ela não foi respondida. A sua preocupação, em relação a eventuais acidentes, é que precisa de uma resposta pronta e efetiva; com todo aparato de segurança e normas citadas pelos técnicos, perdeu-se uma plataforma. Então, de repente é um acidente e a participação da comunidade na comissão é muito melhor, mesmo que tenha que ser reavaliada depois o que aconteceu, do que ficar na angústia de poder receber daí a 48, 72 horas uma resposta que abre uma janela para possível maquiação. Então, continuou, a sociedade estando lá, junto, e acontecer eventual acidente, ter prontamente uma resposta da possível causa porque isso é uma forma trangüilizadora, ética e transparente. O empreendedor respondeu que, primeiramente, queria agradecer muito ao Senhor Edison porque dá a empresa oportunidade, sem nenhum problema porque estão na Audiência para debater, dar esclarecimento e reafirmar a sua posição transparente. Como a resposta não foi satisfatória, ele passou a palavra para a responsável para a área de meio ambiente para responder, tentar ser clara e objetiva, conforme solicitado. A Senhora Milena informou que trabalha na Gerência de SMS, da Diretoria de Gás e Energia, que presta assessoria técnica a todas as unidades operacionais da área de gás e energia. Com relação à pergunta, de criar uma comissão de acidentes, ela entende como não necessária porque todas as unidades da Petrobrás realizam, anualmente, simulados envolvendo todas as comunidades próximas do empreendimento, envolvendo um plano de comunicação para



1190

1191

1192 1193

1194

1195

1196

1197 1198

1199 1200

1201

1202

1203

1204 1205

1206

1207

1208

1209

1210

1211

12121213

1214

1215

1216

1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230 1231

1232

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

aproximar as comunidades da unidade, levando essas comunidades para conhecerem a Unidade e o processo químico da planta que estará próxima e realiza simulados, anualmente, participando de todos os planos de evacuação, todas as formas de atendimento de emergência, de saúde; tudo é simulado, medido e auditado para que se possa, continuamente, melhorar os serviços de atendimento de emergências com o envolvimento da sociedade, do IMASUL, da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e outras unidades próximas, inclusive a Fíbria será uma parceira para participar dos simulados. A Senhora Ana Maria manifestou-se ao microfone: Ela indagou se os 20 milhões de reais referidos pelo empreendedor são relativos a 0,5% que a Profa Maria José havia dito? O empreendedor esclareceu que o 0,5% correspondem a compensações ambientais e o valor estimado corresponde à medidas compensatórias e programas. A seguir, foi iniciado outro bloco de perguntas: 54ª questão, de Manoel Pimenta/Técnico em Meio Ambiente, ao empreendedor: Gostaria de saber se a verba compensatória do empreendimento vai ser melhor fiscalizada porque a verba compensatória da Termoelétrica foi parte desviada para outro município e a outra parte está sendo muito mal aplicada, que na verdade está sendo usada para prejudicar o meio ambiente natural. Por que não pensar novamente em uma APA no complexo das 3 lagoas, porque nesses 6 anos últimos elas nunca sofreram tanto e estiveram tão abandonadas, enquanto que o intuito da verba é justamente fazer as compensações como medidas mitigadoras para que o empreendimento seja sustentável e, mais ainda, porque a bandeira de um meio natural sustentável é da Petrobrás e que não acontecendo não fica bem para sua imagem e parabéns e obrigado por ter escolhido Três Lagoas. A Senhora Milena respondeu a pergunta: Com relação à compensação ambiental, ela será calculada de acordo com a metodologia prevista no Decreto do IMASUL que vai determinar o percentual do valor do investimento que será destinado à compensação ambiental; o valor é repassado ao Estado, o empreendedor vai sugerir destinações para o valor da compensação, mas quem vai, efetivamente, definir as suas destinações é a Câmara Estadual de Compensação Ambiental de MS. Com relação à Termoelétrica, o empreendimento teve o licenciamento feito no nível federal, a compensação ambiental foi paga ao antigo IBAMA e, atualmente, quem responde pela compensação a nível federal é o ICMBIO e quem decidiu as destinações dessa compensação ambiental foi o ICMBIO; o empreendedor não tem gestão sobre essa destinação. O Senhor Manoel manifestou-se ao microfone: Ele queria fazer uma sugestão para que fosse melhor fiscalizada a aplicação desse dinheiro, como citou a Profa Maria José, o Parque das Lagoas já tinha sido contemplado na compensação da Termoelétrica; teria que ser criada no Parque uma Unidade de Conservação, mas não está sendo criada, as 3 lagoas estão sendo muito prejudicadas porque foram esquecidas, houve um diagnóstico ambiental para a criação da Unidade e, como faz parte da Petrobrás uma política correta de sustentabilidade, ele acha que deveria ter, como ele consultou, na presente semana, o pessoal da Termoelétrica, nem eles estavam sabendo onde estava sendo aplicado o dinheiro; parte já tinha ido para Bodoquena, o que teria que ser aplicado no Parque das Três Lagoas não foi, inclusive está sendo aplicado parte do recurso em obras de intervenção que estão prejudicando o meio ambiente, contrariando o diagnóstico ambiental que é claro em dizer que não para ser construído nada na APP e existem obras na lagoa que está dentro da APP e outras, que mesmo não estando dentro da APP, estão prejudicando o lençol freático, contrariando o diagnóstico ambiental encomendado com o dinheiro da compensação ambiental pela Prefeitura e que foi engavetado e não está sendo



1234

1235

1236

1237

1238

1239

1240

12411242

1243 1244

1245

1246

1247

12481249

1250

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

usado corretamente a aplicação. Ele gostaria de deixar como sugestão, visto que agora o volume é muito maior, e a Termoelétrica, pela ampliação, terá que fazer um novo repasse, e se a população bobear, cada vez mais ficará prejudicada, porque falar é fácil, fazer é que é o caso. Então, concluiu, o meio ambiente precisa de ação porque falação já houve demais. O empreendedor agradeceu a colocação, achando relevante a preocupação da sociedade, mas a questão da aplicação dos recursos da compensação ambiental, a Petrobrás cumpre, rigorosamente, a legislação o que significa repassar aos órgãos governamentais que são os responsáveis pela aplicação dos recursos. Infelizmente, continuou, nesse aspecto, a Petrobrás não tem gestão; como empreendedora tem a responsabilidade de repassar e cumprirá, integralmente, essa parcela. Enfatizou que a sugestão está registrada porque a Audiência está sendo gravada e todos poderão ver e pensar como agir da melhor maneira. O mediador da Audiência, Dr. Pedro informou que os questionamentos estavam esgotados, agradecendo a todos que permaneceram até o final da Audiência, à equipe do IMASUL, à consultora Tatiana, ao Luiz Felipe, em nome da Petrobrás, ao Felipe, do IMASUL, que assessorou a mesa, e, em nome do Secretário de Estado, Carlos Alberto Negreiros Said Menezes declarou encerrada a Audiência, desejando que todos possam retornar aos seus lares com a proteção de Deus. Nós, Marli Jussara Mense, Técnica Ambiental e Maria José Alves Martins, Fiscal Ambiental da SEMAC/IMASUL, lavramos a presente ata que vai por nós assinada.